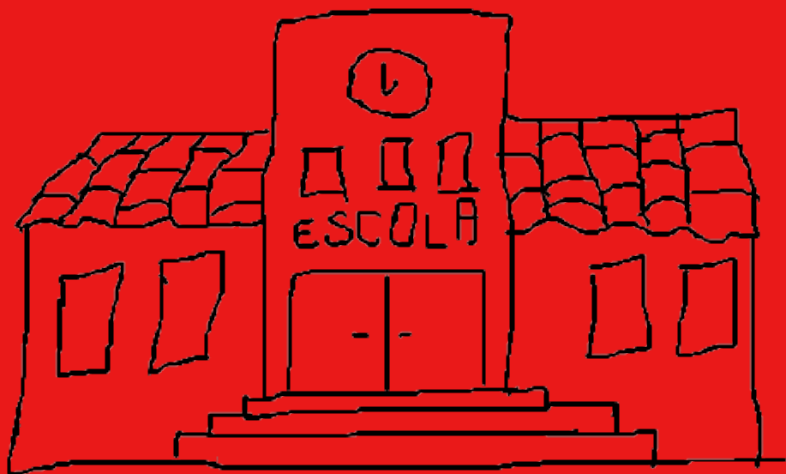


# A escola é nossa

Diego Anatólio



*Histórias e crônicas sobre a precarização docente e a educação pública goianiense na pandemia. Um ensaio para uma escola mais humana.*

## **Orientação**

Prof<sup>a</sup> Ma. Maria Carolina Giliolli Goos

## **Revisão**

Hélverton Baiano

## **Ilustração**

Diego Vinícius Anatálio da Silva

## **Diagramação**

Diego Vinícius Anatálio da Silva

-----

ANATÁLIO, Diego. **A escola é nossa.**  
Goiânia. Pontifícia Universidade Católica de  
Goiás. 2021.

106 pgs 14x21 cm

1. Livro-reportagem, 2. Jornalismo Literário,  
3. Educação, 4. Docente, 5. Precarização,  
6. Pandemia, 7. Goiás.

-----

Esta obra é resultado do Trabalho de  
Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás como  
requisito final para a conclusão do curso de  
Comunicação Social – Habilitação em  
Jornalismo, orientada pela professora Mestra  
Maria Carolina Giliolli Goos.

[2021]

*Dedico às corajosas o suficiente para se  
aventurarem nas salas de aula.*

# Sumário

Fé, força, faca amolada, 4

Pegue sua xícara, vou te apresentar, 6

Resistência é a capacidade de um condutor se opor à corrente, 11

Goiânia é artista, 24

Quando a educação supera rótulos, 30

Pessoal, sem dispersar!, 41

A cor branca é o reflexo de todas as cores, 47

Por favor, quero apostar minhas fichas no azarão, 59

Bora nadar?, 67

Marcha dos que querem mudar, 80

É preciso calma para germinar, 87

Fica claro, portanto, que, 100

Notas, 104

O autor, 106

## **Fé, força, faca amolada**

Por Edvaldo Pereira Lima

Em país carente de heróis de verdade, mas que pela necessidade arquetípica de tê-los elege banalmente heróis de pés de barro, pensamento falso brilhante e horizontes rasos camuflados em aparência enganosa, maquiada para se exhibir vistosa nos palcos televisados e telas digitalizadas do circo nosso de cada dia, Diego escolhe iluminar heróis de fato.

Reais, mas não reconhecidos como tais. Ao contrário, desprezados, explorados, vilipendiados por sistemas de poder podre comandados por líderes-lobos-maléficos disfarçados de cordeiros inocentes, propagadores do medo via falsas verdades, capitães do ódio via ignorância como estratégia de governo para aprisionar a alma e entubar a lucidez que ainda resta nos corações dos súditos que eles deveriam, por mandato moral, proteger e honrar. Líderes indignos. Seres desprezíveis. Inteligências vis, do mal.

Os heróis de Diego, em contraste, são vestidos de dignidade, princípios e valores. Apresentados a você não como se fossem os super, os infalíveis das histórias de ficção. São trazidos a você na sua natureza humana complexa, de limitações e coragem, força e fragilidade. Muito humanos, com alcance muito variado do seu poder, longe ou perto, pequeno ou gigante. Mas heróis na medida justa, por seus próprios méritos de enfrenta-

rem com fibra desafios assustadores e condições absurdamente imorais lançadas em seu caminho.

O meio de viagem por esse cenário do qual os poucos protagonistas são embaixadores de muitos?

A arte perene de contar histórias. Arte prazerosa, cativante, humanamente elucidativa. Tecida por seu anfitrião-guia, contador de histórias de talento, autor de mérito, Diego, elegantemente apoiado por sua mentora de fina sensibilidade, Carolina.

Vire a página. Desfrute de coração, mente e alma.

---

Edvaldo Pereira Lima é escritor, jornalista, professor universitário, story coach.

## **Pegue sua xícara, vou te apresentar**

“Estude para não precisar trabalhar igual a mim”. Esta frase me foi dita mais de uma vez, por mais de um familiar. A educação nunca foi opção tangível para boa parte da minha família. Minha mãe era a mais letrada da minha casa, terminou o segundo grau, “terceira série, né? Ou é ensino médio que chama? Sei lá! Parece que mudou o nome”. Meu pai parou no primeiro ano do ensino médio. A educação me foi oferecida fruto de suor, literalmente, e coube a mim não a banalizar.

Desde os primeiros contatos com a escola, ser um bom aluno, levar um boletim com ótimas notas para casa era indiscutível, não tinha outra opção, era isso e pronto, tinha de ser. Hoje, até admiro as/os subversivas/os que não se entregam ao sistema, lê-se: não gostam de estudar. Talvez, agora, até me identifique um pouco com elas/eles, mas no início não era uma alternativa. Eu estudava, era referência na escola e na família, o primo que estuda, sabe? Bom, não sei se ‘fechar’ provas de matemática no ensino fundamental faz tanta diferença atualmente, enfim...

Matemática era minha matéria preferida, adorava, e era muito bom nisso. Quando me lembro da matéria, prontamente me recorro de Sônia, minha primeira professora de matemática. Ela era conhecida na cidade – Anápolis, interior de Goiás, meu lugar de origem – por ser muito competente. Sônia foi professora dos meus pais, das minhas tias e, talvez, dos meus avós. Sua

metodologia era baseada em: “Quem tá perdendo aqui são vocês, eu vou receber meu salário do mesmo jeito”. Nessa mesma época também me acompanharam Joelma, Ana Lúcia, Guilherme, Suzete, Eliane e outras/os grandes profissionais da docência que marcaram meu início.

De lá para cá, vários/as mestras/es me influenciaram a escolher a docência como tema deste trabalho. Nomeio aqui algumas/alguns. Marla, amiga da família, professora da rede pública, cujas histórias de sala de aula oscilam entre amor incondicional e ameaçadas de morte; admiro sua força. Ivan, cearense, professor de cinema, me encheu os olhos ao ver seus olhos cheios de amor ao ensinar. Vasco, português, professor de comunicação e ex-assessor do partido comunista, facilmente admirável. Carol, orientadora deste projeto, militante e apaixonada, obrigado, querida!

A lista de nomes é enorme, mas finalizo com um obrigatório, nosso patrono, Paulo Freire. Em homenagem ao seu centenário, uso da minha posição privilegiada para demonstrar meu carinho e respeito pela educação humanizadora. A educação não é a resposta para os problemas do mundo. Quem formula as respostas somos nós, sujeitas/os. Mas é na escola que se formam os/as sujeitas/os protagonistas do próprio conhecimento. Um saber crítico que parte da comunidade, das/dos educandas/os e educadoras/es pode ser a chave para as transformações sociais.

Alinhado às concepções freirianas, busco aqui contar



histórias. Histórias de educadoras/es que enfrentam o chão da escola pública goianiense diariamente, que soam a precarização e lutam contra a pandemia e o descaso público. Ao longo das próximas linhas, você vai esbarrar em desabafos, denúncias, tristezas, alegrias, memórias e esperança. O esforço aqui é para jogar holofotes em quem nem sempre é percebida/o.

Os retalhos desta colcha são feitos de diálogos, análises de dados, consulta a materiais institucionais, reportagens e visitas a escolas. Sentei-me, a distância ou pessoalmente, com diversas/os professoras/res de escolas públicas e privadas, gestoras/es, coordenadoras/es, representante de sindicato e, claro, com tias da cantina. Para além de entrevistas, me esforcei para estabelecer um diálogo, uma escuta e tentar a compreensão. Ainda foram analisados dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), relativos à precarização docente e o status da educação pública goiana. Para a contraposição, foram consultadas peças de publicidade, discursos e materiais de campanha. Todo o material foi produzido nos primeiros anos pós fim do mundo (pandemia e governo Bolsonaro), 2020 e 2021.

Aqui está um conjunto de histórias que almejam ilustrar a precarização do trabalho docente e a debilidade da educação pública goianiense, que na pandemia atingiu outros patamares. Neste momento, não me esforço para encontrar resposta definitiva para essas questões. A dedicação é para, mais uma vez, denunciar as dificuldades cotidianas da/do trabalha-

dora/or, buscar recortes que fogem da binaridade e esperar novos caminhos. Neste produto, assim como Paulo, assumo a subjetividade e a parcialidade. Negá-las é um debate vão. Coloco-me ao lado de quem foi preso por ser oposição. Da arte. Da mulher preta e professora da rede pública. Da sala de aula. Dos que acreditam. Das que resistem. Da mulher, doutora, militante e mãe. De Paulo. E dos que marcham pela educação.

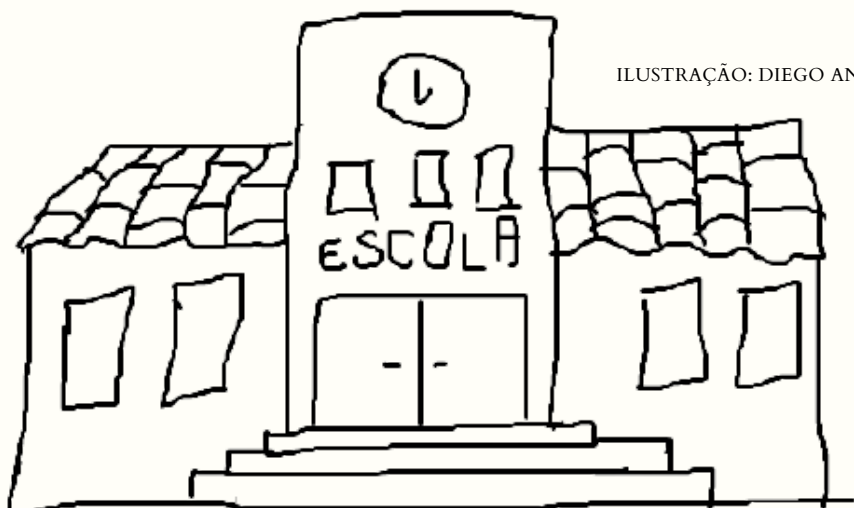


ILUSTRAÇÃO: DIEGO ANATÁLIO

## **Olá, eu sou uma nota**

Venho te apresentar as notas. Elas te acompanharam no decorrer desta jornada para te orientar ou não. Longe de mim querer interferir na sua liberdade ou questionar seu potencial, cara/o leitora/or. Meu objetivo é que você tenha a melhor experiência possível. Porém, caso um espírito de rebeldia pulse mais alto em seu corpo e decida não seguir minhas recomendações, tudo bem! Não faz mal. Mas eu não aconselho. Depois não venha me cobrar nada, hein! Enfim... Vamos lá? Neste momento eu recomendo: arrumar a postura e se hidratar. Pronto? Pois, para começar bem, eu lhe apresento um símbolo de resistência.

## **Resistência é a capacidade de um condutor se opor à corrente**

29 de maio de 2021, próximo ao centro de Goiânia, dentro do Uber:

– Tá congestionado, é por que vai ter manifestação, né? - pergunta o motorista, um senhor na casa dos 50 anos que não havia puxado conversa desde o começo da corrida.

Naquele dia escolhi sair de calça, blusa e boné pretos, de luto. O que destoava era a N95 no rosto e o frasco de álcool na mão.

– Exatamente. Fora Bolsonaro! O senhor não vai?

– Eu? Não, não. Tenho que trabalhar, né...

– Claro, tá certo, alguém tem que trabalhar neste país - respondi.

– Eu votei no Bolsonaro, pensei que ele seria diferente, mas não gosto mais dele. Já votei no Lula também – revela o trabalhador.

A conversa segue entre justificativas de voto e ponderações para as próximas eleições.

“Obrigado hein, bom trabalho e fora Bolsonaro!”, descii do Uber e caminhei para o centro da praça de onde sairia a manifestação. Esse foi o primeiro protesto de rua que acompanhei. Me ensinaram que quem participa desses movimentos são, no mínimo, vagabundas/os. Na multidão, me identifiquei.

Ali, na praça, há uma estátua denominada “Monumento às três raças” de 1968, criada pela artista plástica Neusa

Moraes. Uma estrutura de sete metros, fundida com trezentos quilos de bronze. O monumento é composto por três homens, um negro, um branco e um indígena, unindo forças igualmente para levantar um pilar. O conjunto sugere que a edificação da capital goiana é fruto de um processo de miscigenação harmônico entre diferentes povos.

O monumento tem uma semelhança e uma diferença com aquele 29 de maio em Goiânia. Assim como a estátua, naquele dia, diferentes povos se encontravam em prol de um objetivo. Havia skatistas, ciclistas, cartazes feitos de última hora, faixas enormes bem elaboradas, pessoas a pé, de carro, cabelos coloridos, máscaras customizadas, cachorros com roupinha, blusas do Chê, bonés do MST, bandeira do PT, do Ciro, veganos, crossfiteiros e, claro, descendentes de italianos. O que os unia era um sentimento único de FORA BOLSONARO. No entanto, diferente do Monumento às Três Raças, esse foi um encontro pacífico, em que ninguém precisou morrer.

Enquanto eu contemplava as intervenções ao meu redor, Arquidones Bites Leão, secretário dos movimentos populares do Partido dos Trabalhadores em Goiás, coordenava o microfone sobre um dos carros de som, ao redor da praça. De longe, um de seus gritos ecoaram até meu ouvido: “FORA BOLSONARO GENOCIDA”. Essa frase, em letras brancas, estampa uma bandeira vermelha que Arquidones ganhou do Sindicato dos Servidores Público Federais. Assim que

recebeu, fez questão de colocá-la no capô de seu Gol vermelho. De cima daquele palanque, Arquidones não imaginava como a frase mudaria sua trajetória.

Dois dias depois, 31 de maio, por voltas das 17h, Arquidones Bites saiu de bicicleta para jogar bola. O Gol vermelho estava emprestado à namorada. No caminho, ele recebe um telefonema, era a companheira: “Tem um policial aqui que está querendo prender o carro e me levar”. Ela estava na cabeleireira, próximo ao trajeto que Bites fazia. Ele não hesitou e foi ao encontro dela, porém, o nervosismo o fez errar o caminho. Pela demora, recebe outra ligação: “Se você não chegar, ele vai levar o carro”. Ele se apressa e chega com o celular em mãos já filmando.

Na rua, começa um diálogo tenso. O policial diz que Arquidones precisa tirar a faixa imediatamente ou daria voz de prisão. Para evitar a confusão, a namorada começa a tirar. No entanto, Arquidones não permite, recusa, resiste, “eu estou no meu direito de me manifestar”. O policial alega que ele está ferindo a Lei de Segurança Nacional e, caso insistisse, o levaria preso. Mesmo nervoso, Bites se mantém firme, reafirma que Bolsonaro é genocida e que a CPI da pandemia está provando isso. “O senhor está preso”. Quatro policiais armados partem para cima de Arquidones, seguram seu braço, dão uma rasteira, pontapés, o enforcam e algemam. Arquidones grita: “Filma! Filma! Filma!”.

Bites é levado no camburão. A viatura liga a sirene e corre em direção ao hospital, para fazer o corpo de deli-

to. Furam sinais, cantam pneu, “como se eu fosse um bandido de alta periculosidade”. Tudo isso em Trindade – município encostado em Goiânia –, onde o militante é conhecido e já foi vereador por dois mandatos. Envergonhado com a situação, ao chegar no hospital, grita: “Gente eu não sou bandido, não matei, nem roubei ninguém, eu estou sendo preso porque estava com a faixa no carro: FORA BOLSONARO GENOCIDA”.

Depois da passagem pelo hospital, os policiais o levam para a delegacia da Polícia Federal. Quando chega no local, o ex-vereador começa a perceber que o ocorrido ganhou proporções surpreendentes. Depois de 10 minutos, cinco advogadas/os apareceram para defendê-lo. Dentre elas/eles, Kelly, esposa de Antônio Pinheiro Sales, jornalista preso por 9 anos pela ditadura militar. O apoio e as denúncias nas redes sociais fizeram o caso de Arquidones chegar no Jornal Nacional.

O delegado da unidade colheu os testemunhos e não encontrou motivos para enquadrá-lo na Lei de Segurança Nacional, sugerida pelo policial militar, que chegou a alegar, também, desacato a autoridade, o que, segundo as testemunhas, não aconteceu. O policial já respondia a outro processo e, depois do ocorrido, foi afastado da corporação. Arquidones não precisou enfrentar a cela. Ele admite que os maus tratos foram descabidos e criminosos, mas poderia ser pior: “Imagina se fosse um preto ou um não letrado?”.

Depois do episódio, Bites deu entrevista para grande

parte da mídia nacional, a todo momento uma/um repórter batia a sua porta. O gol vermelho, com a faixa “FORA BOLSONARO GENOCIDA” virou símbolo de resistência. Um outro retrato de resistência que acompanha o secretário é Marielle. No dia 14 de março de 2018, a vereadora Marielle Franco, do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e seu motorista Anderson Gomes sofreram uma emboscada no centro do Rio de Janeiro. Naquele momento, o estado do Rio estava sob intervenção federal na segurança pública. A vereadora havia acabado de participar de um debate na Casa das Pretas - espaço coletivo de mulheres negras. Quando se dirigia para casa, um carro emparelhou ao que a levava e um dos ocupantes começou a atirar. Marielle foi atingida por quatro tiros na cabeça. Anderson levou três tiros nas costas. Ambos morreram. Os criminosos fugiram sem levar nada. Mais de 1300 dias após as mortes, as investigações ainda não conseguiram responder quem mandou matar e o porquê.

“Marielle Franco é mulher, negra, mãe, filha, irmã, esposa e cria da favela da Maré”. Treze tiros foram disparados em sua direção, esperando calá-la. No entanto, de sua morte física emergiram diversos gritos de resistência que contagiaram pessoas ao redor do globo. Um dos símbolos da presença ideológica de Marielle é uma placa. “Rua Marielle Franco. (1979-2018) Vereadora, defensora dos Direitos Humanos e das minorias, covardemente assassinada no dia 14 de março



de 2018"

A placa azul e branca tornou-se símbolo de resistência e aparece em ruas e manifestações mundo afora. O item também virou decoração. Na parede branca da sala de Arquidones há uma. Ela não está sozinha. Para acompanhá-la, ao lado, um pôster do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O pôster é colorido e estampa o político em um contra-plongée que o deixa enorme. Lula sorri, assim como Arquidones ao falar orgulhoso de sua decoração, que representa parte importante de si, a militância.

A relação de Arquidones com as pautas sociais é religiosa, nos muitos sentidos dessa palavra. Bites, um dos 19 filhos da professora da zona rural de Trindade, Messias Leite, sempre achou na fé uma escolha segura. Com 20 anos, entrou para o seminário, mas depois de dois anos sua experiência de reclusão precisou ser interrompida. O goiano discordava da forma como a igreja conduzia seus trabalhos, que não correspondiam às expectativas de alguém com disposição para mudar o mundo. Apesar do rompimento, a vivência católica trouxe concepções que ele carrega com honra até hoje. “Eu entrei na militância por causa da igreja, ela me fez acordar para muitas questões sociais”. Arquidones afirma, repete e reafirma: “Eu sou militante”. O envolvimento com as causas sociais está no seu discurso, modo de agir e também na sua parede.

O ex-vereador acredita que um dos caminhos para diminuir os abismos sociais e tornar a sociedade mais

justa é oferecer à/ao filha/o da/do trabalhadora/or uma boa educação. “Eu sou freiriano”, diz. Para ele, a educação deve ser crítica e transmissora de consciência. Desde suas primeiras experiências como profissional, trabalhou em bairros periféricos e compreende que entender-se como pobre não é tarefa fácil. Compreender o estar no mundo é um esforço diário e ele acredita que a luta por novos parâmetros sociais deve partir da realidade da/o oprimida/o.

Entender as mazelas a sua volta e sentir-se motivado para mudar a conjuntura fizeram Arquidones escolher a docência como profissão. Claro que uma mãe educadora e 12 irmãs/aos professoras/es também o influenciaram. Foi aí, em 1983, que Arquidones entrou para o Instituto de Filosofia e Teologia de Goiás (IFITEG), dentro do seminário. Como você já sabe, não durou.

Depois de abandonar o instituto, dois anos após o início, ele entrou para a Universidade Federal de Goiás (UFG), no mesmo curso, filosofia. O que durou apenas mais um ano. Apesar de gostar da faculdade, pensar em sua renda era essencial. O número de aulas de filosofia nas instituições de ensino costuma ser menor do que de outras matérias. Além disso, na época o ensino médio estava necessariamente ligado ao ensino técnico e profissionalizante. No segundo grau (ensino médio), você podia escolher se teria ou não aulas de filosofia. Com isso em mente, sem deixar o sonho de dar aulas de lado, Arquidones resolveu deixar o curso de filosofia e

e ingressar na licenciatura de História na Universidade Católica, hoje PUC Goiás.

Concluiu o curso em 1989. Depois disso, fez também uma pós-graduação em política socioeconômica do Brasil, o que o possibilita ministrar aulas de sociologia. Aos 58 anos, o professor da rede pública de Goiás atende a mais de 700 alunas/os, em três instituições de ensino. É professor de estudantes de ensino médio e fundamental de História, Filosofia e/ou Sociologia. No dia 1 de fevereiro de 2022, ele completa 40 anos de sala de aula.

“Quando entrei era muito empolgado e eu fiz coisas que até eu, hoje, duvido”, observa. Iniciou, na década de 80, em uma escola no conjunto Vera Cruz, na divisa entre Goiânia e Trindade. Atrás daquela escola havia uma “matinha”, um local cheio de árvores, um espaço verde onde o professor levava suas/seus alunas/os. Lá, dentro da natureza, ele falava sobre a importância de se preservar a natureza. Infelizmente os ensinamentos do professor não chegaram a todas/os e onde era uma “matinha” não se vê mais árvores, o terreno foi tomado por construções.

O professor, de cabelos brancos, ainda tímido, lembra com brilho nos olhos sobre as experiências passadas, entre idas a parques, ao planetário e passeios de ônibus com suas/seus alunas/os. “Hoje, não consigo fazer o trabalho que fazia antes, porque vamos cansando e a escola não dá essa estrutura para gente.” Arquidones enumera alguns fatores que tendem resultar na equação

que leva escola pública para o negativo.

- “Quando um não quer, dois não brigam”, observa. Existe, sim, uma parcela de culpa na conta das/os estudantes. Essas/es nem sempre conseguem ou não são instruídas/os a entender a contingência da educação, a oportunidade de mobilidade e seu significado civil.
- “Filho de peixe, peixinho é”, analisa. Quando a família não compreende que faz parte do processo de educação das crianças e jovens, o mecanismo falha, mais uma vez. Às vezes, nem há família.
- “Tapar o sol com a peneira”, aborda. A/o docência também carrega sua culpa. Há profissionais ruins e com pouca capacitação em todas as áreas, infelizmente, a educação não escapa.
- “Quem semeia vento, colhe tempestade”, visualiza. Se o estado não planta, não teremos o que colher. Se não há ações afirmativas para fomentar o bom funcionamento das variantes anteriores, nenhum esforço será válido.

Com a pandemia, essa conta ganhou outros pesos e medidas. “Nós passamos por muitas dificuldades”, sentencia. Depois de 39 anos de sala de aula, lidar com a distância e tecnologias, para alguém que não conseguia fazer um PDF, não foi fácil. A ajuda demorou. A Secretaria de Estado da Educação não estava preparada para algo que mudaria totalmente a dinâmica ensino-aprendizagem.

Em março de 2019, Goiás começa a enfrentar a pande-

mia da covid-19 e teve que suspender as aulas presenciais. A partir do momento que instituíram o regime remoto, toda a estrutura necessária para ministrar aulas, internet, computador, energia e periféricos, foi paga pelas/os professoras/es. O Estado, muito atento aos anseios da população, 365 dias depois publicou o Decreto Estadual n° 9.863, que oferecia uma ajuda de custo mensal de R\$ 100,00 para a internet das/dos servidoras/es goianas/os. Segundo o governador, “é mais um apoio à educação no nosso estado”. Pouco antes do decreto, se discutia a volta presencial das/os professoras/es às salas de aula. No entanto, a pressão sindical e o barulho das/os educadoras/es fizeram a medida recuar. “Seria um absurdo irmos à escola para trabalhar lá com internet pior que a nossa, foi quando eles criaram esses 100 reais”, assinala Arquidones.

Em vídeo nas redes sociais, o atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado, celebra o decreto. Enquanto isso, na seção de comentários do post: “Professores não precisam de esmola. cem reais não dão pra nada, ele tem que colocar a mão na consciência e dar salário digno”. Arquidones coloca os governos Bolsonaro e Caiado como equivalentes, alinhados com o descaso na educação. No nível estadual estava previsto um crescimento de verbas alocadas para o segmento, segundo as Leis de Diretrizes de Base da Educação (LDB), o que acontece durante o mandato, pelo contrário, é a diminuição.

Mesmo com o desmonte sentido diariamente no chão

da escola pública, Goiás atingiu a maior nota no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) na avaliação do ensino médio, na prospecção de 2019. Algo parece não se encaixar, pois os dados mostram a educação no Estado como referência nacional, enquanto as/os educadoras/es denunciam sua fragilidade.

Com quase 40 anos de experiência, Arquidones não precisa se esforçar para entender tal contradição. São nítidas as ações de descaracterização dos dados por parte da Secretaria da Educação. No caso do Ideb, segundo o professor, o governo entendeu o mecanismo e, por exemplo, quando uma/um aluna/o abandona a escola, em vez de constar como evasão – o correto –, as escolas são orientadas, pela secretaria, a registrar como transferência. Quando uma/um aluna/o para de frequentar a classe, até o terceiro bimestre, deveria configurar abandono ou, a partir do terceiro bimestre, reprovação. Porém, não é o que acontece, o abandono e a repetência não são retratados corretamente nos gráficos. “Os gráficos são maquiados, para melhorar a nota do Ideb”, afirma.

Isso não é exclusividade goiana. Talvez as autoridades do nosso Estado só entenderam melhor as engrenagens e o chicote, por aqui, estrale mais alto. As escolas não querem ficar com nota baixa nos sistemas de avaliação, acabam cedendo à pressão da secretaria e depositando sobre a/o professora/r um peso que não lhe cabe. Assim, a educação torna-se um produto e as/os docentes precisam lidar com “metas”, tal qual uma loja de depar-

mento.

Uma planilha com um amontoado de números está muito longe de diagnosticar a educação, ele analisa. Apesar dos inúmeros problemas e defasagens, multiplicados pela pandemia, hoje, próximo da aposentadoria, Arquidones ainda enxerga o futuro da educação com otimismo: “Para mim é uma missão... eu gosto de trabalhar na escola pública e luto pela melhoria”.

Emocionado, o professor conta que ser educador é uma oportunidade única e valorosa. O saber deve ser transmitido, não pode ser guardado. Para o futuro, ele pretende manter-se próximo da escola. O goiano prospecta realizar visitas a diversas instituições e palestrar sobre a importância da educação e sua jornada como militante. Além disso, alimenta outra paixão. Aquele professor que levava as/os alunas/os para estudar na “matinha”, quer continuar conectado com a natureza e pretende abrir um viveiro. Com o mesmo fervor de 39 anos atrás, ele acredita que o aprendizado surge em qualquer lugar: “Eu nunca vou deixar a educação”.

"EU SOU MILITANTE E ACHO QUE TEMOS QUE FAZER UMA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E UM DOS CAMINHOS É COLOCAR O FILHO DO TRABALHAR E DA TRABALHADORA NA EDUCAÇÃO, QUE ELE TENHA UMA BOA EDUCAÇÃO PARA QUE ELE POSSA TER CONSCIÊNCIA DO QUE ESTÁ VIVENDO."





## Ondéque é?

A história de Arquidones e das/dos profissionais aqui ouvidas/os se passa na capital do cerrado e seus arredores. Goiânia: urbana, mas nem tanto. Bruta, mas cheia de frescuras. Goiânia do sertanejo, do rock e o do alternativo. Goiânia do céu azul e dos ipês amarelo, rosa, roxo e branco. Tem para todos os gostos. No centro do Centro-Oeste você encontra arte, cultura, música e problemas. Sinta-se à vontade para chegar, mas tome cuidado para não se apaixonar e querer ficar.

## Goiânia é artista

Goiânia é uma moça de 88 anos. Sua juventude e beleza despertam curiosidade. No imaginário popular possui o manto da santa tatuado. Mas de santa, não tem nada. Os desenhos que marcam seu corpo estão mais próximos de Paris do que de Aparecida. Sem decoro, decora seu corpo de art déco. Formas geométricas, ornamentos e design abstrato contrastam com uma ousadia adolescente que pinta, monta e desmonta para deixar claro que existe e que é culta.

Goiânia produz várias cenas. A cena do rock, a alternativa, a underground, a cena do cinema, Carlos Sena e o sertanejo. Goiânia é abrigo de Túlio Maravilha e Marília Mendonça (que morreu recentemente), prima de Cora Coralina, amiga de Leandro e Leonardo e anda de bicicleta sem freio. Ela fazia questão de se afirmar como artista, não importa em que parte do corpo, dos braços periféricos à boca, tudo, mesmo que minúsculo, quer ser arte.

Goiânia é formada, mas ama uma universitária. Seu rolê começa cedo, porque precisa dormir cedo. Mas cedo, nunca acaba. Vai precisar dormir na casa de uma amiga, porque ônibus 'hora dessa'... Do litrão ao pit dog se vão horas. Sempre simpática, amistosa, porém, ora ignora quem mora de fora.

Goiânia é escorpiana. Signo de água, racionada. Quase sempre conduzida pelo passado e insiste em estancar suas emoções no interior. Perdoar é difícil. Ela foi criada

no estalo do chicote. Seus pais, um indígena descalço, um preto nu e um branco de calças queriam mostrar ao país evolução. Um trisal, abusivo e genocida deu origem a uma moça planejada para se relacionar com 50 mil pessoas. Hoje, ela transa com mais de 1 milhão e meio. Dizem que quem chega cedo bebe água mais limpa. Guyanna, do tupi “terra de muitas águas”, não conhece esse ditado.

Goiânia é seletiva. Nos seus primeiros passos, nordestinas e nordestinos vieram ajudar, mas não encontraram lugar para morar. Para não perder a pequena de vista, foram se encaixando nos arredores. Já crescida, nos anos 60 e 70, ela assistiu à aproximação em êxodo de diversas famílias, roceiros e roceiras. Mais uma vez, recusou abrigo. Com o passar dos anos, Goiânia se viu cercada por renegados que ora ou outra fogem do seu controle. Goiânia não gosta de tocar nesse assunto, afinal, diz ser companhia para todes. Ela é a que mais planta árvores no Brasil, a mais natural, a mais alternativa, a mais desigual.

Goiânia já esteve entre as 10 menos iguais do mundo e foi a mais desigual da América Latina, em 2008. Goiânia é o point. O point do interior para indústrias e para o agronegócio. O point para mão de obra barata e baixos salários. O point para migrantes. O point do atacarejo. Entretanto, infelizmente, andar entre seus points não é fácil. Desde jovem, a moça sofre com problemas nas pernas, por isso tem mobilidade limitada. Muitos mestres, benzedeiros, sábios, feiticeiros

e políticos tentaram propor soluções. Nenhuma vingou.

Goiânia nem sempre consegue se mexer. A exemplo do trajeto para a escola, muitas vezes, conturbado. Ela adora estudar, sempre tira as melhores notas e exhibe seu boletim por todos os lados. Entretanto, seu boletim não consegue demonstrar a realidade de suas salas de aula. O boletim não mostra a sala de placa. O boletim não mostra a falta d'água no bebedouro. O boletim não mostra a sala com 40 alunos sem um ventilador, logo na capital que bateu 40° em 2020 e a menor umidade do ar brasileira em 2021. O boletim não mostra os buracos no chão. O boletim não mostra que no regime híbrido, pela falta de um tripé, alunas/os tiveram de segurar o celular da professora para transmitir a aula remota para outras/os colegas. O boletim mascara a evasão, a reprovação e o abandono escolar. O boletim não mostra a exaustão da professora que precisou duplicar sua carga horária para conseguir pagar a energia, enquanto fazia milagre com um quadro e um giz. O boletim não mostra a dificuldade da aluna preta e periférica que demora 3 horas para chegar à escola. Goiânia, o boletim é só um papel.

Goiânia, sinto lhe informar, mas a educação que exalta números em um papel não lhe quer como artista; lhe quer como estatística, mais uma aprovada, mais uma profissional, mais uma técnica, mais uma no mercado. Quando lhe propuseram o Pacto pela Educação, em 2011, te iludiram com um discurso meritocrata, que não se preocupou em consultar quem te acompanha todos

os dias, suas professoras.

Petrônia, seria o nome de Goiânia, em homenagem ao seu pai: Pedro Ludovico, um homem branco em cima de um cavalo. O nome até combinaria com a jovem que ignora suas densas periferias. Mas ela se chama Goiânia, nome de quem quer ser artista.

## Goianu

“Eu não nasci aqui, mas eu sou goiana de coração”. Aham, sei... me mostra seu pé rachado aí então, come 10 pequis em 30 segundos para eu ver, cita cinco pontos turísticos daqui, não vale parque, fala porta, porteira e portão... Até parece. Para o goiano, comeu pamonha juntos já somos família. A protagonista da próxima história é uma maranhense goiana.

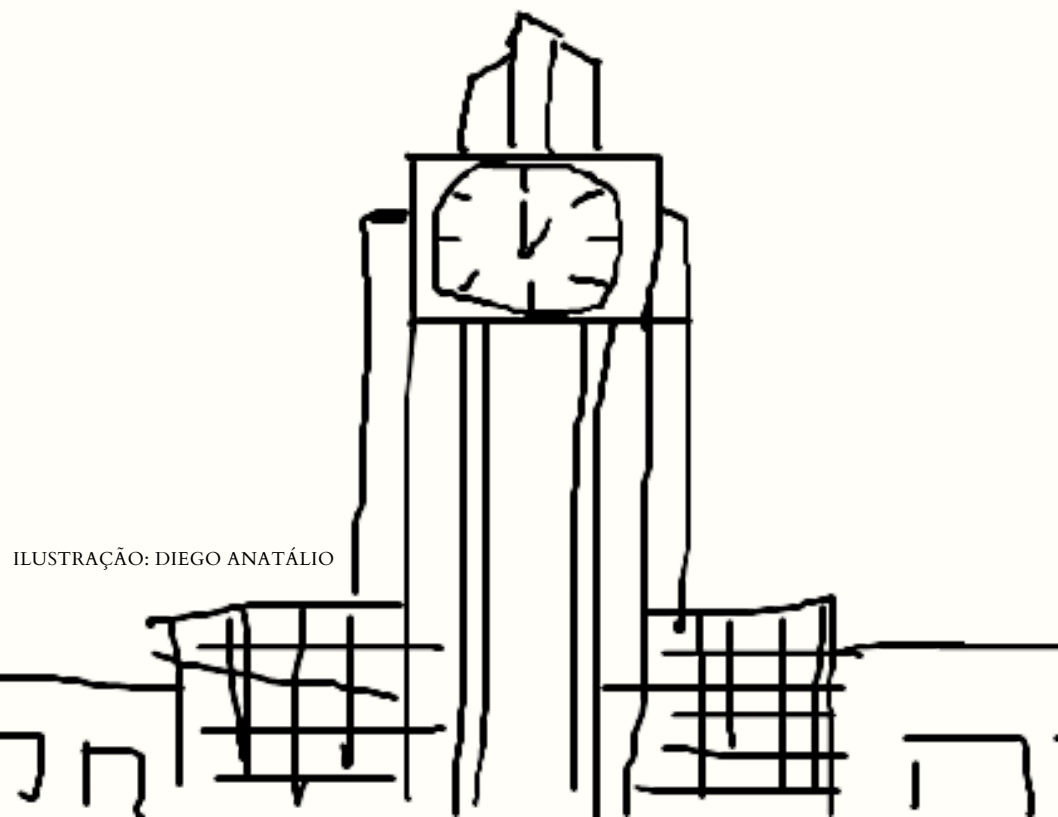


ILUSTRAÇÃO: DIEGO ANATÁLIO

## Quando a educação supera rótulos

Em 15 de abril de 2020, faleceu, aos 100 anos, Aldo Mongiano, um italiano de Turim, bispo emérito de Roraima. Ele era o mais idoso da igreja católica no Brasil e 6º bispo mais velho do mundo. Na capital do estado, Boa Vista, Dom Aldo catequizou e virou amigo de Janira, uma menina que certo dia o procurou em busca de conselhos. Quando fora graduar-se, a jovem recebeu uma grande proposta: estudar museologia no Emílio Goeldi, a primeira instituição a oferecer um curso de museologia do Brasil, localizada no Amazonas. O convite era para estudar no outro estado e voltar para dirigir o Museu Integrado de Roraima.

Roraima é o estado brasileiro que possui a maior população indígena. Dos 631 mil habitantes, mais de 50 mil se declaram indígenas. Aldo, quando bispo da região, ficou conhecido por lutar pelos povos originários durante seu episcopado de mais de 20 anos. Na época, a imagem do bispo gerava especulações, era ‘acusado’ de ser comunista, andar armado e ser “amigo dos índios”. Para Janira, o italiano era “uma pessoa que eu respeitava muito”. Por isso, foi pedir conselhos a ele. A jovem estava confusa entre aceitar a proposta para trabalhar com museus ou continuar uma jornada que a acompanha desde pequena.

“Eu era menina negra, hoje eu sei que nunca fui feia, mas, no contexto, eu era. Não em razão de questão física, mas em razão de padrão... Já que eu era a feia, eu

era muito inteligente e preparada”, diz Janira Sodré Miranda, que nasceu em 27 de agosto de 1971, no interior do Maranhão, Santa Luzia, e cresceu em Boa Vista, Roraima. Filha de uma quebradeira de coco babaçu e um pequeno agricultor, com 13 anos já trabalhava.

“Era o caminho possível”, observa. Janira era auxiliar em uma creche, levava as crianças ao banheiro, colocava para dormir e cuidava da sala quando a professora titular não estivesse. Desde de muito nova, tinha consciência de onde queria chegar, quais caminhos eram possíveis e foi aprendendo a superar as dificuldades. Sua família não conseguia oferecer apoio financeiro. Com o trabalho na creche, ajudava em casa e conseguia pagar o transporte para a escola. “Era muito óbvio”, ela queria estudar e, ao mesmo tempo, precisava se profissionalizar para garantir um emprego. A adolescente escolheu ingressar em uma escola de ensino médio profissionalizante, situada a 12 quilômetros de sua casa.

Apesar de não ter sido aquela criança que sonha em ser professora e brinca de “escolinha”, quando entrou no colégio, era ótima aluna, se identificava com as/os professoras/res e com o ambiente escolar. Sua casa, humilde, de pau a pique e adobe, não tinha muito espaço para estudar, nem uma mesa para fazer tarefa. Por isso, sempre que possível, ela ficava na escola no contraturno. Lá, participava de tudo que tinha direito, fez xadrez, atletismo, dança e, sobretudo, passava horas



na biblioteca.

Nesse período, conheceu Suely Barreto e foi sua estagiária. Suely é uma professora premiada que educa pela “autoridade afetuosa”. Janira conta que, na data, se alguma/algum aluna/o estivesse com dificuldade para ler e escrever, era só entregar para Suely, ela daria um jeito.

Depois do estágio no ensino profissionalizante, Janira optou pela graduação em história, assim, dava mais passos no caminho da educação. Foi neste momento que a proposta para estudar museologia no Amazonas bateu em sua porta. Ser museóloga seria uma honra, essa é uma profissão muito respeitada. Para uma mulher, preta, de origem humilde, no Brasil, seria quase improvável. Mas... e a docência?

Preso na dualidade, Janira foi atrás de conselhos. É aqui que o bispo emérito de Roraima, Dom Aldo Mongiano, o ‘comunista’, faz a diferença: “Uma moça como você sendo museóloga seria muito chique, uma profissão muito digna em qualquer parte do mundo, mas você vai trabalhar com objetos. Porém, se você for professora, você vai trabalhar com pessoas e você poderá influenciar novas gerações, de tal sorte, que sua influência não poderá ser medida no tempo, porque ela sempre continuará”. Não sei para você, leitora/or, mas para Janira aquilo bastou. A maranhense optou pela educação.

Depois da graduação em história, pela Universidade Federal de Roraima, Janira ainda colou grau em teologia

pelo seminário da Arquidiocese de Manaus, se especializou em Educação, pela PUC São Paulo, tornou-se mestra, pela Metodista de SP, em ciências da religião e foi *visiting scholar* na Universidade Internacional da Flórida. Em 2021, aos 50 anos, a professora é doutoranda em história pela Universidade de Brasília, motivo que a trouxe para Goiás.

Em 2001, mudou-se para a capital do cerrado em busca do título de doutora. No entanto, devido a uma dolorosa sequência de lutos, os estudos tiveram de esperar. Janira perdeu pai, mãe, dois irmãos e se divorciou. O doutorado foi retomado durante a pandemia. Nesse intervalo de quase 20 anos, a maranhense foi se ‘goianizando’. Hoje, quando sai do estado, até sente falta da pamonha, mas, no início, a adaptação foi difícil. Na sala de aula, as/os alunas/os estranhavam seu sotaque, seus hábitos alimentares, e o que mais achassem peculiar. Apesar dos choques, nunca lhe faltou garra para trabalhar sua metodologia nas classes goianienses.

De onde veio sempre foi referência por pautar suas aulas no contato com a/o outra/o. “Se minha aluna fosse estuprada, ela me procuraria, como aconteceu mais de uma vez [...] eu era aquela professora que os meninos do crime falavam pra outros de fora não mexer comigo”, ressalta. Em Goiás, essa aproximação demorou, mas se consolidou a partir de 2008, quando Janira começou a participar das ações afirmativas do movimento negro e pautar o tema no ambiente escolar. Com o tempo, asso-

ciou-se, também, às atividades fomentadas pela comunidade LGBTQIAP+, pelas feministas e os levantes da juventude politicamente engajada.

A professora leciona aulas de história no ensino médio do Instituto Federal de Goiás (IFG), desde 2002. Ela atua também na licenciatura de história da instituição, curso que ajudou a produzir em 2009. Um de seus orientandos é Marco Rafael, um jovem, gay, negro e “brilhante”. Orientado por Janira, ele estava produzindo seu trabalho de conclusão de curso sobre o pensamento negro afrodiaspórico. Porém, com a pandemia, o projeto ficou parado por um ano. Neste período, Rafael sumiu do radar de Janira.

O jovem não atendia as ligações, não respondia as mensagens e sumiu das redes sociais. A professora o encontrou depois de meses em um supermercado. “Professora Janira, eu quero te pedir desculpa, eu não te respondi porque eu fiquei com vergonha. Eu perdi a bolsa, não tinha internet, precisei trabalhar. Eu estou trabalhando aqui, por isso não fiz contato com você”. As palavras doeram em Janira, que lamentou ainda mais, com a insegurança da pandemia, não podia abraçar o aluno.

Apesar da dor, rever o jovem, que era como um “chaveirinho” para ela, confortou seu coração. Era bom ter notícias, saber que ele está saudável e que ainda há esperanças. Marco Rafael, que paralisou os estudos por falta de estrutura, em 2021 voltou às aulas e vai se formar. Essa é uma das realidades de um instituto refe-

rência em educação de Goiás. Como será nas escolas periféricas? Como será para as salas com 40 alunas/os?

A educação pública brasileira não dá bons sinais desde antes do fim do mundo, vulgo 2020. Janira analisa que o Brasil possuía uma educação pública contundente nas décadas de 20, 30, 40 e 50, embora chegasse apenas para pequena parcela da população. Os impulsos para a democratização do acesso ao ensino se propagaram nos anos 60, 70 e 80, no entanto, perdeu-se qualidade. Com a reabertura democrática e os anos 2000 é anunciada uma “universalização” da educação básica, porém o desequilíbrio entre qualidade e popularização é agravado. “O Brasil não tocou adequadamente um projeto pedagógico educacional para uma nação desigual, plural”.

Para a professora, esse déficit está vinculado a alguns pontos:

- Carreira das/os trabalhadoras/os da educação. Na educação básica o salário é inqualificável, não há plano de saúde, seguro alimentação ou plano de carreira.
- Pacote pedagógico. Desde os materiais de formação docente aos de transposição didático-pedagógica, faltam condições e tempo. Algumas/alguns professoras/res precisam de dois ou três vínculos trabalhistas para se sustentar, não sobra tempo para capacitação.
- Equipamentos. Existem alunas/os do meio rural, por exemplo, que não conseguem transporte. Nem todas

as escolas gozam de equipamentos de qualidades.

Os sinais não são animadores. O atual governo federal trava uma disputa diária contra a educação. Revisionismo histórico, incentivo à não autonomia da/do professora/or, ataques ao Patrono da Educação, apreço por medidas polêmicas, elitista e exclusivista, junto ao menor investimento da década<sup>3</sup> são algumas das marcas da gestão Bolsonaro. O resultado da última eleição presencial demonstra uma massa de analfabetismo funcional que foi instruída a votar pelo WhatsApp.

Estamos em um sistema falho e desigual, que diferencia região, classe, cor, raça, orientação e escolhas. Ainda temos um manancial de pelo menos 11 milhões<sup>4</sup> de jovens, entre 15 e 29 anos, “nem, nem”, nem estudam, nem trabalham. Muitas/muitos delas/deles chegam no ensino médio e não enxergam uma perspectiva, conteúdos significativos ou uma abertura para o mercado de trabalho e acabam evadindo.

A pandemia criou novos problemas e agravou antigos. Gastos com energia, equipamento, transmissão de dados, “do ring light a internet cabeada”. O cotidiano foi tomado pela vida digital. Facebook, Instagram, Twitter, e-mail institucional e pessoal, plataforma com estudantes, chat, fórum, entrega e devolutiva de avaliação, novas tecnologias, WhatsApp... “O sistema perdeu qualquer fronteira ou freio em relação à exploração da mão de obra docente, de tempo, espaço e relação”. Janira precisou lidar, fora do turno, com men-

sagens como estas: “Não consegui entrar porque meu pai morreu”; “professora me responde pelo amor de Deus, estou muito ansiosa”. A questão humanitária acabava levando-a a reconsiderar suas repostas e horários. Os impactos da pandemia são uma realidade inevitável.

Está posto, mas o que faremos com isso? Ainda que os sinais desanimem, a professora acredita no potencial do nosso povo, que, para ser aproveitado, precisa de mudanças. “Pode parecer um sonho”, a professora acredita que educação em tempo integral para as crianças das camadas mais pobres seria um grande avanço. A classe média alta e os ricos não precisam, porque no turno oposto as/os filhas/os estão no karatê, na natação, no inglês ou no Kumon. Já a/o filha/o da empregada doméstica e da vendedora das Casas Bahia precisa ir para escola cedo e permanece ocupada/o durante o dia. Sem confundir política de educação com assistência social, uma escola com boa alimentação, espaço para esporte, cultura e lazer, dentro de um ambiente seguro no contraturno poderia garantir a cidadania efetiva a mais brasileiras/os.

Todavia, pra ser efetivo é necessário estrutura, investimento em equipamentos, uma oferta plural e, claro, assegurar uma carreira docente digna, com condições que permitam a qualificação continuada da/o educadora/o. Um dos projetos de Janira, apresentado na Conferência Nacional de Educação (CONAE), visa a conversão de todo dinheiro do Pré-sal para educação e

saúde. Mas, por enquanto, “estamos nas mãos dos liberais e seus cães fascistas”.

As ideias surgem e crescem no decorrer de sua caminhada, nos eventos, conversas e discussões com a comunidade. Janira busca sempre um diálogo e aprendizados horizontais. Embora a conjuntura desanime, na sala de aula ela se fortalece. Quando a vi pela primeira vez, ela participava de uma discussão com um “conservador de direita”, estava séria e preocupada. Na segunda vez, me recebeu com um sorriso largo e cativante. A maranhense, quase goiana, entende a necessidade de ser séria, em alguns assuntos. Porém, sabe também da importância de sorrir.

Sua trajetória só se tornou possibilidade graças à educação. Ocupar o espaço de educadora foi uma luta e é uma honra. Janira é uma mulher preta, que não é só uma mulher preta. Sem esquecer o peso disso, ela busca se encontrar com a/o outro/a como humana e emanar humanidade. Para além dos valores liberais, através da educação, a professora quer a emancipação, a abolição, uma sociedade livre, que pode sorrir.

"EU QUERO SER MULHER NEGRA  
SEM SER SÓ MULHER NEGRA.  
SEM PERDER O SENTIDO DISSO,  
MAS QUE MEUS ESTUDANTES SE  
ENCONTREM COMIGO NO  
LUGAR DE APRENDER E  
ENSINAR COMO UMA PESSOA,  
CAPAZ DE EMANAR  
HUMANIDADE"

ESTA É JANIRA





## **Sorria**

Sorte de quem já foi alvejado pelo sorriso de Janira. Sorrir, em momentos difíceis, é resistir. Agora, eu te convido à resistência. A seguir, uma homenagem nostálgica a todas/os as/os docentes que entendem a necessidade da leveza. Recomendo que leia o próximo texto em voz alta.

## **Pessoal, sem dispersar!**

Alguém acorda a colega ali, por favor... Fulana, bom dia! Vamos acordar? Levanta, vai lá no banheiro, lavar o rosto para ver se melhora esse sono aí.

Oh prezinho... vou chamar vocês de pré agora. É o que vocês estão parecendo, tá a mesma coisa. Na verdade, vocês estão piores. Vamos parar com essa conversa paralela aí, tem como?

Tô te achando tão caladinha hoje, o que foi? Aconteceu alguma coisa, quer conversar?

Lembrando que eu não sou nenhuma artista, viu? Mas, vou tentar desenhar aqui...

Colega, troca de lugar com ela aqui.

Vocês querem compartilhar com a turma? Parece que a conversa tá tão boa.

Gente, eu vou apagar... Já vou acostumando vocês a copiarem mais rápido, nas próximas séries, vocês vão ver, não tem essa moleza aqui não.

Eu tô atrapalhando a conversa de vocês? Qualquer coisa, vocês vão lá para a diretoria, tenho certeza que ela vai amar participar dessa conversa.

Não adianta ficar abanando, quanto mais agitados, mais calor faz. E eu não vou ligar o ventilador.

Gente, quem tá perdendo aqui é vocês, eu vou receber meu salário do mesmo jeito, dando aula ou não.

Quem não tiver interesse pode sair... De verdade, eu não vou importar, é só dizer.

Gente, eu vou ter que parar... Eu sei que é o último horário, todo mundo quer ir embora, eu também quero. Mas a aula ainda não acabou e enquanto eu não terminar, ninguém vai embora. Se vocês colaborarem, a gente consegue terminar antes do horário. Se não, vão ter que esperar. Podemos?

Todos veem minha tela? Não estou conseguindo compartilhar...

Alguém tem alguma dúvida? Não!?! Aí depois, na hora da prova, vem perguntar: 'ah, professora, o que significa isso?'. Aí não vou poder ajudar.

Eu não vou ficar competindo a minha voz com a de vocês não. Eu sou só uma, vocês podem me ajudar?

Hoje, a prova será em dupla... Você e seu cérebro.

- Professora, tenho uma dúvida na questão 2 da prova...
- Professora, tenho uma dúvida na questão 2 da prova...
- Hoje eu não sei de nada, não adianta perguntar. Lê, relê, quantas vezes for preciso. Às vezes a resposta está na própria pergunta.

Gente, vamos ligar as câmeras, parece que eu estou falando sozinha aqui. Vale ponto de participação.

Eu sei gente. Por mim, eu nem passava prova. Mas, infelizmente, estamos dentro de um sistema e temos que seguir as regras.

Onde a gente parou na última aula? Aí é tanta coisa, às vezes a gente esquece mesmo...

Se der tempo, no final da aula, a gente desce para a quadra, mas só se vocês colaborarem.

(Silêncio) Eu vou esperar... Quando vocês quiserem, eu começo a aula.

Só um minutinho... Galera, eu não estou entendendo porque vocês já estão guardando o material. O sinal tocou e eu não escutei? É isso? No meu relógio ainda faltam 10 minutos. Por favor né gente, colaborem!

A prova de hoje está muuuito fácil. Para quem estudou, claro!

Eu não vou mais me desgastar, gente! Eu tento ser amiga, faço o possível, mas se vocês não quiserem... Paciência!

Menino, eu olho para você e só lembro do seu irmão. Oh menino custoso era aquele! Mas saudades... era um ótimo aluno. O que ele anda aprontando?

Gente, que sujeira é essa? Meus Deus! Se é assim aqui na escola, eu nem quero imaginar na casa de vocês. Olha essas cadeiras, todas rabiscadas... A tia da limpeza não tem tempo para ficar limpando isso não. Estava até conversando com a coordenadora para deixar os alunos que rabiscarem as carteiras depois do horário limpando.

Vocês estão conversando é porque já terminaram? É aula livre? Não estou entendendo... tá escrito ali no quadro o que é para fazer. Tá pouco? É isso? Se vocês quiserem eu passo mais.

Todo dia, eu saio desta sala com dor de cabeça. Não tem um dia sequer sem reclamação desta turma na sala dos professores. Semana passada, a outra professora saiu da sala chorando.

Eu vou falar bem baixo, porque a minha voz já não dá mais conta.

A sala virou salão de beleza agora? Solta o cabelo da co-

lega, por favor.

Espera aí, só um minutinho, que a gente vai esperar o colega terminar o assunto dele ali. Deve estar muito interessante.

Eu quero ver em cima da mesa só lápis, borracha e caneta. Estojo, caderno, anotações, todo o resto pode guardar na mochila. Fulano, sem arrastar cadeira, por favor! Vamos gente, arrumem logo a sala, quem tá perdendo tempo de prova são vocês.

Todo mundo entendeu? Pode perguntar uma, duas, três... Eu explico quantas vezes for preciso.

- Professora, não entendi!

- Mas é claro! Enquanto eu explico, fica conversando né!? Assim fica difícil.



## **Tocou o sino**

Saudades da escola, né? Pense um pouco na sua e nas pessoas que a sustentavam. A tia da cantina, a coordenadora, a tia da limpeza e a professora. Frações dessa grande máquina chamada educação. Às vezes falta óleo, para, acelera, estraga, concerta, melhora, continua...

## A cor branca é o reflexo de todas as cores

Aos 43 anos, Leila Soares passa por transições. Os cabelos, antes acostumados com a tintura, não são pintados há alguns meses. A raiz branca contrasta com as pontas ainda castanhas. No meio do caminho, o branco está tomando espaço. O conjunto é um grisalho vivo e muito bem cuidado. A transição dos cabelos brancos é um processo difícil e demorado. “Homem grisalho é charmoso, mulher com cabelo branco é desleixada”, ela diz. Claramente, não sabem o esforço necessário para cuidar das mechas brancas.

A transição é uma afirmação. Qual o problema? Por que não? Eu quero. Eu escolhi. Leila escolheu dar um tempo da tintura, acredita que de alguma forma fazia mal. Hoje, busca consumir o que faz bem. Se a/o leitora/or estiver com algum problema, procure Leila, talvez ela te indique algum produto natural que possa ajudar. Coisa de mãe, né?

Leila é mãe, talvez, daí venha a forma atenciosa de se portar. “Pode entrar, fique à vontade, já tomou café?”, assim me recebeu. A preocupação está nos olhos sempre alertas, que ficam logo abaixo de uns óculos arredondados, de armação marrom. Outra transição recente na vida de Leila foi assumir a coordenação pedagógica da escola onde trabalha. O que com a pandemia ganhou certas nuances, ela acumula funções que não eram previstas para o cargo, “cortaram pessoal”.

De olho no celular, logo toca mais um alarme, o que



significa mais uma demanda. Enquanto presta atenção à tela, fica atenta à planilha de aulas, responde minhas perguntas, apresenta a funcionária que acaba de entrar e ainda controla sua ansiedade movendo a caneta de um lado para o outro. A rotina é ambientada em sua sala não muito espaçosa. Mas há espaço para uma geladeira adesivada com um uma flor já desbotada, um banco onde me sento, armários verdes e uma cadeira para quem mais quiser se juntar. Tem também uma bancada onde sempre fica a garrafa de café, ora ou outra alguém passa para tomar um gole. Ao lado da garrafa: quatro mangas, recém colhidas: “tá na época, né!?”.

Leila trabalha em uma escola toda marrom, em tijolinhos, que me lembra chocolate. Uma estratégia antiga, João e Maria seriam atraídos facilmente. Mas trazer os 700 alunos da instituição para a sala de aula não é tarefa fácil. Neste momento (outubro de 2021), a escola está em mais uma tentativa de voltar 100% presencial. Leila faz um paralelo entre este período e o início da pandemia. Assim como no começo, a Secretaria de Educação não oferece formação e estrutura suficientes para execução das atividades. Antes não se sabia, ao certo, como fazer o ensino remoto funcionar. Hoje, não se sabe, ao certo, como voltar.

A escola é o Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) que oferece o ensino fundamental e médio para jovens e adultos (EJA). Ela fica na rua 233, no setor universitário, região central da capital. Da janela de uma das salas dá para ver a marginal Botafogo. Uma escola

pública, tradicional, a única da cidade a oferecer exclusivamente a EJA. Há uns 10 anos, na sua porta, formavam-se filas para conseguir uma vaga. Agora, as/os docentes precisam ir atrás das/dos alunas/os.

Estudam ali pessoas dos 18 anos aos 70 anos, nos três turnos. Um público variado que carrega uma semelhança: a exclusão. Em algum momento da vida, elas/eles tiveram de deixar a sala de aula, cada uma/um com sua motivação. Um dos alunos saiu do semiaberto. Ainda com tornozela eletrônica, frequenta a escola para cumprir bom comportamento. Algumas/uns jovens enfrentam problemas com drogas, “professora, me pegaram ali na praça universitária vendendo droga, diz um deles”. Tem o Clayton “que dá muito trabalho”, semana passada estava no Programa do Ratinho performando. Há aquelas/aqueles que estão esperando julgamento. Tem as/os meninas/os sem família que moram em reformatórios, alunas/os que trabalham o dia inteiro, LGBT’s em situação de vulnerabilidade, pessoas com deficiência, entregadores de aplicativo, mães que levam as crianças, jogadores de futebol, senhorinha de 70 anos que vão para socializar e muitas/os outras/os. “Por algum motivo ele procura nossa escola... E a gente faz o possível para ajudar”, observa a professora.

No CEJA é possível concluir o ensino médio em um ano e meio, seis meses para cada ano do ensino regular. Apesar do tempo curto, as/os profissionais da escola tentam estar próximas/os de cada ser que ali ocupa uma

uma cadeira. Quando entra, a/o aluna/o faz uma prova de classificação. “Porque às vezes ele não tem o conhecimento escolar, mas tem o conhecimento de mundo, e a gente valoriza isso”, afirma, orgulhosa de Paulo Freire. Um dos alunos, de acordo com o teste, tinha escolaridade até o 7º ano, no entanto, mesmo com a baixa vivência escolar, exerce, há anos, a profissão de radialista e locutor com maestria: “Às vezes, eu ouvia o programa da rádio e falava meu Deus como é que pode!?”.

Com o coronavírus, a escola ficou vazia e esse público diverso cada vez mais distante. O ensino remoto foi desafiador. Como fazê-lo com algumas/alguns professoras/res que não dominavam nem o WhatsApp? Google Meet, Google Forms, coisas de outro mundo. Bom, elas/eles tiveram que se virar. Além de multiplicar a carga horária, “a partir do momento que você dá o número do seu celular para o seu aluno, aí você não tem vida mais”. As atividades chegam a qualquer momento. Em época de avaliação, a pressão aumenta, acumulam-se atividades, sobra estresse, falta formação. Leila aprendeu fazendo, errando e cansando.

Com o progresso da vacinação, a secretaria propôs o modelo híbrido. Assim como o início e a volta, não houve preparo. A proposta era trabalhar presencialmente e mediar com tecnologia algumas disciplinas. Porém, não houve recursos. Não há tecnologia suficiente, não há banda larga que suporte. Na prática, as/os docentes cumpriam a carga horária

presencial, voltavam para casa e atendiam as demandas remotamente. Na tentativa de diminuir a sobrecarga foram estipulados os “plantões”, horários marcados para o atendimento online, “mas você acha que eles respeitam?”

“Desgastante”. Ao redor, Leila observa profissionais doentes, readaptados, casos de depressão e desistência. Mas a luta continua, o episódio da vez é o retorno. “Os alunos não estão indo para a escola”, sintetiza. A Secretaria de Educação pede a volta, nem todos compram a ideia. As inseguranças são muitas. Apesar de todas/os as/os alunas/os terem mais de 18 anos, muitas/os ainda não se vacinaram. Nem todas/os possuem condição e formação para lutar contra a conjuntura. Algumas/alguns estudantes nunca fizeram um teste de covid-19; há aquelas/aqueles que nem sabem como agendar a vacinação na prefeitura. Para ajudar, o CEJA criou um tutorial explicando como entrar no aplicativo e fazer o cadastro. Mesmo assim, Leila cita um aluno de 38 anos que ainda não tomou as doses, mas a campanha de imunização em Goiás já alcança os menores de 18. Muitas/os discentes não têm, sequer, um celular ou uma boa conexão com a internet. A deficiência é grande.

No palanque, o governador exalta Goiás. Diz que os outros estados vêm nos visitar para entender o avanço que está acontecendo na educação goiana. Ele aclama nossa estrutura, nosso preparo e o atendimento a todas as biosseguranças. Quais escolas estão vindo visitar? O

CEJA possui nove salas de aulas, deveria ter, pelo menos, um notebook para cada uma delas (promessa política). Não há. Para toda a escola são dois notebooks, um está consertando. O computador da coordenação “desliga toda hora”, estão sem impressora.

Segundo o governo de Goiás, “os investimentos do Governo de Goiás para fortalecer o setor educacional alcançam recorde histórico e já somam R\$ 1,35 bilhão de 2019 a junho de 2021”. O CEJA foi reformado. Em partes, ganha-se de um lado, perde-se de outro. Reformaram o chão, mas não mudaram a fiação. Ganharam eletrônicos, mas não podem ligá-los. Mudou a internet, mas as/os alunas/os não têm acesso. As/os professoras/res continuam, desde o início da pandemia, trabalhando com o próprio celular, internet e energia. Mas, claro, muito bem recompensadas/os com o ‘bônus’ de cem reais, depois de um ano de ensino remoto. Para onde vão os bilhões?

Independente de até onde chega, a secretaria quer resultados. Goiás precisa ser referência, precisa ser número. “Mas o que que a gente pensa, principalmente com nosso público, o importante é a vida”, sinaliza. As/os estudantes enfrentam, dia após dia, grandes dificuldades: perderam familiares, ficaram doentes, começaram a trabalhar em mais turnos. Aquelas/aqueles jovens e adultas/os com histórico de exclusão, nesses primeiros anos do apocalipse se viram ainda mais de fora. Para Leila, agora, a missão é trazer esses seres humanos para a sala de aula com o mínimo de trauma possível e recuperar o conhecimento ao longo do tempo.

A professora Leila sempre teve ciência das dificuldades da escola pública. Sua primeira graduação foi no interior, em Uruaçu, na Universidade Estadual de Goiás (UEG). Nessa época, conciliava a vida de mãe com a licenciatura em história. Lá, ela foi formando sua opinião e uma crítica ao sistema vigente, o neoliberalismo. Esse foi a resposta à crise dos modelos econômicos anteriores, fordismo e taylorismo. O Reino Unido com Margaret Thatcher (1979), os Estados Unidos de Ronald Reagan (1981) e o Brasil com Fernando Collor de Mello (1990) destacaram como fator motivador da crise fordista a rigidez salarial, contratual e estadista. Assim, correram para o erro oposto, a flexibilização. Esse novo movimento global contribuiu para o enfraquecimento dos sindicatos, aumento dos assalariados, contratações por tempo determinado e a famigerada terceirização.

Nas terras tupiniquins, a educação nos anos de 1980 e 90 recebeu interferências de órgãos internacionais de financiamento (alguns deles: Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI)) que direcionaram as formas de escolarização e remodelaram os currículos escolares no país. A exemplo da regulação e ampliação dos exames nacionais de avaliação (SAEB, ENEM, ENC). Esse foi um grande passo em direção à educação bancária, padronizada, com processos administrativos e pedagógicos massificados. O mesmo período é marcado pelos esforços em prol da democratização do acesso ao

ensino, que começou na década de 1960. Mas o que não marcou presença na mesma medida foi o investimento. A combinação desses fatores gerou, sobretudo, sobrecarga às/aos professoras/es.

Ao fazer essa análise no parágrafo anterior, Leila perpassa todo esse cenário com lucidez e pesar. Quando cursou história, lia muito. Já no primeiro estágio confirmou os percalços na prática. A experiência foi na educação de jovens e adultos: “Peguei realidades bem perigosas”. O trabalho era no cursinho da própria universidade, em um projeto para alunas/os de baixa renda. “A gente já entra sabendo que é difícil”, pondera. A goianiense também passou pela educação básica. Na época, recebia um salário mínimo, pois não havia piso estipulado. Hoje, há piso, nem todas/os recebem.

Daquele salário mínimo até hoje, Leila já lecionou em várias salas. Além disso, se formou em pedagogia e é pós-graduada em metodologia do ensino fundamental pela UFG. Já trabalhou na educação de pessoas com deficiência e pessoas com déficit de aprendizagem. Ministrou aulas de história, filosofia, sociologia e ensino religioso. Teve alunas/os da educação infantil (0 a 6 anos), passou pela creche, pré-escola, fundamental 1 e 2 e médio. Hoje, é professora concursada pelo município de Uruaçu, cedida ao estado e assume a coordenação pedagógica do turno matutino do CEJA.

Mais um desafio, acentuado pela pandemia. Leila tem todas/os as/os alunas/os do matutino na sua lista de contatos. Ela, junto ao corpo docente, realiza um trabalho chamado “Resgate”, um monitoramento de

frequência das/dos discentes. Caso alguém deixe de frequentar, ela vai atrás para entender o problema. Nem sempre dá certo. O CEJA possui um grande auditório. A professora lembra do tempo em que ficava lotado. Agora, as cadeiras acomodam apenas algumas caixas, com kits de volta às aulas que não estão sendo distribuídos.

“Não é fácil, mas alguém tem que fazer o serviço sujo”, diz sorrindo. Quem faz a educação pública são operárias/os. Como em toda fábrica, há bons e maus funcionários, mas num esforço coletivo, elas/eles entregam resultados, mesmo enfrentando dificuldades diárias, desde o trajeto para chegar até a falta de ferramentas. Às vezes, quando chega a hora de aposentar, a/o trabalhadora/or precisa provar “papelzinho mais papelzinho” os anos trabalhados. “Tem professor que fica fazendo a contagem há dois anos e o estado não libera... Tem professora com 31 anos de sala de aula e, agora, com essa nova reforma a gente nem sabe se vai aposentar”, fala com tristeza.

Apesar dos percalços, a educação foi a escolha de Leila e continua sendo. Ao falarmos da profissão, ela para e se preocupa: “Será que estou sendo muito pessimista? Mas é a realidade”. Como descrito, os anos de 1970 e 1980 marcaram o aumento da precarização docente. Entretanto, também, foram anos de intensificação do movimento sindical em prol da profissionalização e do reconhecimento dos direitos da categoria.

O exemplo é o do Horário de Trabalho Pedagógico Co-



ltivas realizadas nas escolas ou em ambientes de escolha das/dos professoras/res, que só chegaram à carga horária das/dos profissionais a partir de reivindicação e luta. No presente, com as condições longe do ideal, os esforços não param. Mais recente e próximo, os bônus e reajuste salarial de 2021 - mesmo que aquém da realidade - cedidos pelo governo de Goiás são frutos de pressão sindical.

O trabalho não para. Não por acaso, a primeira vez que vi Leila pessoalmente foi na praça do trabalhador de Goiânia, em 29 de maio. Fazia sol e marchávamos contra o genocida. A segunda vez foi no teatro Goiânia, na volta dos eventos presenciais, em uma conversa sobre resistência e literatura. A terceira vez foi no CEJA, onde fui muito bem acolhido, pelos olhos atentos de Leila, e a pauta foi educação.

Leila passou por muitos lugares, muitas classes e estudantes. Para ela, o melhor lugar é onde se está em paz. Paz não é necessariamente o adjetivo mais condizente com uma sala de aula, mas, talvez, a paz esteja no café enquanto conversa com as/os professoras/res, na certeza que está ajudando outras pessoas, no acolhimento ao aprendizado horizontal ou em estar do lado favorável à diversidade. A paz está no olhar de Leila que combina muito com os belos cabelos brancos. As madeixas se destacam e ajudam a contar a história de uma mulher que escolheu acreditar na educação.

"EDUCAÇÃO NÃO É FÁCIL, MAS  
ALGUÉM TEM QUE FAZER O  
SERVIÇO SUJO. SEM ELA É PIOR"



## **Continue**

Escolher a educação é entender as dificuldades e, mesmo assim, ter coragem para persistir, na intenção de um “bem maior”. Afinal, o que é esse “bem maior”? Hmm... não sei se no final deste livro vou te oferecer um “bem maior”, mas peço que persista, já passamos da metade, estamos quase lá. Eu continuarei, inclusive, continuemos na escola.

## **Por favor, quero apostar minhas fichas no azarão**

Durante o intervalo, na sala das/os professoras/res está Elis, professora. De pernas cruzadas, segura o celular na horizontal, na altura dos olhos, usa fones azuis e tem um bloco de notas no colo. Ela está assistindo às aulas de formação oferecidas pelo Estado. Ali mesmo, da forma que dá, com a estrutura que tem, com o tempo que não sobra, ela tenta se manter atualizada. A maioria das/os docentes goianas/os que atuam no ensino médio (43,5%), atende entre 50 e 400 estudantes, atua em um ou dois turnos, em uma ou duas escolas e em duas etapas. Esses são dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), datados em 2019, contidos, quase escondidos, em uma planilha enorme e densa.

Chega Marcos, professor, cumprimenta Elis e pergunta sobre uma aluna que não vê há muito tempo: “Conseguiu falar com ela?”. Elis mandou mensagem, “stalkeou” nas redes, ligou, mas não conseguiu resposta. O corpo docente voltou para o presencial, mas as/os alunas/os não. Chega Marli, cozinheira: “Quantos alunos hoje?”. Nem precisou ir até as salas para contar, Marcos responde: “Seis”. “Só seis? Eita!”, ela se surpreende. A escola tem 600 estudantes matriculadas/os, entre os três turnos.

Marli sempre faz um pouco a mais. “Nunca se sabe... Por exemplo, o João estuda no vespertino, mas vem no turno da noite só para comer, tadinho, não tem onde

comer, aí a gente acolhe”, assegura. A cozinheira trabalha ali há 30 anos. Assistiu a várias mudanças e a muitas constâncias. O piso é novo, também trocaram o fogão. Mas ainda disponibilizam os mesmos trinta e seis centavos diários por aluna/o para a merenda. Essa é a verba oferecida pelo governo de Goiás. Bom, aí vem a logística, junto com a verba federal e a experiência de Marli, que transforma os centavos em arroz, feijão, carne, batata, farofa, macarrão, pão de queijo, frutas... tudo com muito zelo.

Zelo é o que não falta naquela escola. Zelo com o prédio, com o teto, com as/os funcionárias/os, com as/os alunas/os, com o outro. Zelam também pelas pequenas conquistas, o piso, o fogão, as novas mesas e o ar condicionado, que acabou de chegar. “Ele só não está instalado ainda porque não arrumaram a fiação. Fazer o que, né!? Vamos aguardar, uma hora dá certo. Tem escola que eu trabalho que não tem nem água”, conta Marcos.

Marcos é professor de matemática. Sempre quis ser de filosofia, a família nem queria que fosse professor e o mercado não simpatiza com disciplinas muito humanas. Um quarto dos docentes das redes de ensino no Brasil ministram<sup>5</sup> disciplinas diferentes da sua área de formação ou especialização. Em Goiás, 31,9% das/dos professoras/res estão nesta situação.

Para o ensino médio, o pior resultado é observado para a disciplina de sociologia, apenas 32,2% das turmas são ministradas por professoras/res com formação adequa-

adequada. Justo a disciplina que busca compreender o ser na sociedade, relações de poder, construções sociais e dispositivos políticos. Dá para entender o mercado, a família e Marcos.

Marcos sempre quis fazer a diferença. A família só quer o ‘melhor’ para ele. O mercado quer números. 17 é um número simbólico neste momento. 17 são os itinerários formativos propostos pelo “Novo Ensino Médio”. A proposta aprovada em 2017 pelo governo Temer será implantada em 2022 no governo de Bolsonaro, eleito com o 17. O projeto visa a ampliação da carga horária das/os estudantes e autonomia de escolhas.

Na teoria, as/os alunas/os que acabaram de sair do ensino fundamental terão 17 “caminhos” possíveis para percorrer o ensino médio. Na prática, cada escola precisa oferecer, no mínimo, dois itinerários. A reforma é pauta prioritária e estão com pressa em sua incorporação “gradativa”, de acordo com o estado. Em um “pós” pandemia, com o crescimento da evasão e o déficit educacional, por que não investir esforços em mudar todo o ensino médio? Quem são os interessados?

Apesar de o governo estadual alegar que todas as disciplinas serão oferecidas, as únicas matérias obrigatórias, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular, são português e matemática. A/o adolescente deverá optar, terá “autonomia”, estará menos “engessada/o” para decidir suas áreas de interesse. Qual será o alinhamento ideológico que promoverá as esco-

lhas na cabeça dessas crianças? Será que as escolas terão condições estruturais para disponibilizar diferentes itinerários? A escola do interior terá a mesma diversidade de opções do que as outras? Haverá profissionais para isso? Onde estão os concursos públicos, Caiado? O novo ensino médio aumenta ou diminui as desigualdades?

Ser professor de matemática é bom para o mercado, orgulho para a família e confortável para Marcos. Joana, a coordenadora, passa na porta da sala das/os professoras/res, às pressas, está indo tocar o sino, o intervalo acabou. Joana é coordenadora pedagógica. Mas, com a pandemia, também assumiu a coordenação administrativa, acumula as funções. Assim como Thiago, gestor e, agora, gestor e bibliotecário (demitiram a bibliotecária). Assim como Lucas, porteiro, agora, porteiro e zelador. Assim como centenas de funcionários públicos que de um lado foram dispensados e de outro tiveram de duplicar seus esforços, claro, por um bem maior: enxugar gastos.

Certamente, tal esforço seria recompensado. Logo na educação, uma das grandes prioridades do atual governador grisalho. O mesmo prometeu pagar o piso salarial das/os professoras/res, promover novos concursos públicos e uma “educação plena”. Com suas lives, pronunciamentos fáticos, visitas a escolas e tablets doados, de muito longe, talvez, engane. Caiado não pagou o piso salarial das/os professoras/res em 2019, nem em 2020. Justo os anos com maior economia de

recursos e diminuição das despesas, devido à paralisação das aulas presenciais. As/os docentes nunca pararam.

Para compensar os anos anteriores, junto ao valor referente a 2021, o reajuste no salário das/dos professoras/res deveria alcançar a ordem dos 24%. A pressão sindical começou em janeiro de 2021, as negociações, já em baixa, pediam o ajuste de 13%. Mais de oito meses depois, o governo libera 7,2%. De muito longe, o anúncio de reajuste, bandeira estampada por onde passa, parece uma grande ação altruísta para recompensar os “heróis da educação”.

Parece superpoder. Além da série histórica e a precarização intensificada pela pandemia - aumento das demandas, falta de apoio da secretaria, má gestão, dissolução da barreira entre profissional e pessoal, percalços digitais, custos econômicos e psicológicos da sala de aula dentro de casa -, as/os professoras/res já precisam se preocupar com uma próxima batalha. A Lei Orçamentária Anual (LOA) prevê um reajuste salarial de 5% para 2022, muito aquém da realidade. Aquém do que está previsto no Plano Nacional da Educação. Aquém do custo aluna/o. Aquém de quem está no chão da escola pública.

Não há superpoder. Estudos, desde 1999, demonstram a relação entre a rotina da/o educadora/or e a manifestação da síndrome de burnout, caracterizada pela exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento pessoal no trabalho. 48% das/dos professoras/res tiveram sintomas da doença. Entre os motivos estão: violência, fal-



ta de segurança, omissão dos pais, crítica da opinião pública, classes superlotadas, falta de autonomia, baixos salários, falta de perspectiva de ascensão na carreira e falta de apoio. Tudo isso sem considerar os últimos anos do pós apocalipse, como é denominada a pandemia da Covid-19.

Enquanto a coordenadora toca o sino e Marli volta para a cantina, Pedro, docente, entra estressado na sala das/dos professoras/res. O intervalo acabando e só agora conseguiu ir lá tomar o cafezinho. Fatigado de segurar algo nas pregas vocais, chega dizendo: “Vocês já ouviram falar dessa linguagem neutra? Eu não sei para que isso, nem entendo”. Ali começa uma conversa rasa, que logo cai no preço da gasolina e nos horrores do supermercado, o que chega a Bolsonaro e depois volta para a preocupação com as/os alunas/os que não estão aparecendo.

Os obstáculos que professoras e professores enfrentam diariamente são velhos, novos, renovados ou maquiados, às vezes, um combo. No entanto, parar de correr não parece fazer parte dos planos, não por agora. Em uma das paredes da escola há um cartaz: “NÃO EXISTE EDUCAÇÃO SEM AMOR”; ao lado, Paulo Freire desenhado. Na parede em frente há um painel verde, do Governo do Estado de Goiás, com os números referentes aos investimentos na instituição, porque só amor não basta.

Elis, Marcos, Marli, Joana, Pedro são nome inventados. Elas/eles representam trabalhadoras/res que assim co-

mo as/os apresentados anteriormente e que estão à frente enfrentam a precarização todos os dias. “Não é fácil não, quem está aqui todos os dias sabe. Quando acaba a propaganda política e a gente desliga a televisão, a realidade é outra. Mas eu não me imagino fazendo outra coisa, sabe? É isso que eu amo fazer. Precisa de melhorias? Claro! Estamos mal. Mas sem a educação é ainda pior. Por isso eu escolhi e continuo escolhendo a educação”.

A hand-drawn illustration of the equation 1 + 1 = 2. The numbers and symbols are drawn with thick, black, slightly irregular lines, giving it a sketchy, artistic appearance. The '1's are simple vertical strokes with short horizontal bases. The '+' is a simple cross. The '=' consists of two parallel horizontal lines. The '2' is a single continuous stroke that forms a loop at the top and ends with a horizontal tail.

ILUSTRAÇÃO: DIEGO ANATÁLIO

## **Escolhas**

“Você é livre para fazer suas escolhas, mas é prisioneiro das consequências”, acho que a frase é de Pablo Neruda, mas ouvi de algum colega no ensino médio. Mexeu comigo. Sempre que podia, a repetia. Faz sentido. Escolhas mudam vidas, Manu que o diga.

## **Bora nadar?**

De máscara, Manu sorriu com os olhos ao cumprimentar-me. Usava uma blusa sem mangas, amarela como girassol, com um pequeno corte logo acima do busto. Para acompanhar uma saia longa, azul escuro, com estampa de flores em um rosa que chamaria de salmão - não sou bom com cores, talvez este rosa não tenha nada a ver com salmão. A saia possuía uma fenda frontal que facilitava a visão para os sapatos, uma plataforma de tom pastel. No rosto não havia muita maquiagem, do canto dos olhos saía um suave brilho dourado que se estendia pelas pálpebras. Para complementar, grandes argolas nas orelhas. Tudo ornando por um amontoado de cachos pretos escuros que, naquela noite de outubro de 2020, estavam penteados para o lado, cobrindo seu ombro direito. No ombro esquerdo, à mostra, um girassol tatuado.

Esta foi a primeira vez que a vi. Naquele momento, aos 34 anos, Hemanuelle di Lara Siqueira Jacob se candidatara à prefeitura de Goiânia pela primeira vez, e se dirigia a um debate televisionado entre candidatas/os ao cargo. O debate não reuniu todas/os as/os candidatas/os em uma só noite. Devido à pandemia da Covid-19, naquela sabatina, apenas quatro concorrentes se apresentaram e trocaram ideias. Manu Jacob era a única mulher, a única preta. Chegou cedo à TV, acompanhada do assessor, e fazia questão de cumprimentar todas/os.

Pelo sorteio, a candidata foi a primeira a se apresentar. Em meio aos homens, levantou determinada, mas ao começar seu discurso o nervosismo atrapalhou, gaguejou e acabou confundindo as informações. Porém, como a própria explanou, ficar nervosa não é vergonha, “tem que ficar com vergonha de roubar”. E, Manu não estava lá para isso. Se recompôs ao falar de onde veio, periférica, não poderia deixar de mandar um ‘salve’ para as/os suas/seus.

Fez questão de dizer que é mãe e que sabe muito bem o que é viver em uma cidade que não acolhe. Desde criança, Manu é apaixonada por esportes e, na adolescência, se tornou atleta de natação. Foi o amor ao esporte que a fez optar pela graduação em Educação Física. Quando iniciou, ainda treinava natação e chegou a competir nos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs). Foi nesta mesma época que precisou escolher entre investir fôlego nas piscinas ou na sala de aula.

Ao relembrar do passado esportista, a goiana menciona as olimpíadas. Em 2021, o Brasil fez a sua melhor campanha da história, no Japão. O recorde veio acompanhado de denúncias e demonstrações claras da falta de apoio as/aos atletas. Entre os 309 brasileiros na disputa, 131 não tinham patrocínio algum, 36 realizavam permutas, 41 faziam vaquinhas e 33 conciliavam o esporte com outros empregos. Um dos símbolos desta face dos jogos é a velocista olímpica carioca, Vitória Rosa. Logo após ser desclassificada na prova dos 200 metros do atletismo, em entrevista, o sorriso enorme

que a atleta costumava exibir nas redes sociais desapareceu. Vitória contou que este foi um ano muito difícil, em meio a pandemia, ela não tinha patrocinador e teve o salário do clube reduzido. Ao falar sobre sua trajetória, faltaram palavras e sobrou emoção. “Hoje estar aqui, é um sinônimo de bastante... sei nem mais o que dizer”.

Se para boa parte das/os atletas olímpicas/os de 2021 o reconhecimento e remuneração foram um desafio, para Manu beirava o impossível. “Eu tinha que escolher ou fazer faculdade ou continuar sendo atleta”. O treinamento, duas vezes ao dia, exigia demais. A graduação também demandava empenho. O transporte e a distância não ajudavam. Assim, ainda no primeiro semestre da faculdade, ela precisou escolher.

A carreira de uma/um atleta de alto rendimento não é duradoura, a cobrança por resultados, em alguns casos, flerta com o abuso e os investimentos nem sempre chegam. Manu, que tinha acabado de perder seu patrocinador e pensando em como poderia se sustentar nos próximos anos, optou por focar na graduação.

Manu Jacob iniciou a faculdade de educação física porque queria se tornar técnica de natação. Mas sempre tem aquele professor que muda nossa trajetória. No caso dela, foi Nivaldo Nogueira. Vendo a aluna com uma perspectiva afunilada sobre o futuro, o docente ampliou horizontes. Contou para Manu algo que ela nunca mais esqueceu. “A gente se torna humano no decorrer do processo”, não nascemos. Hemanuelle en-

tendeu que poderia ensinar e ajudar outras pessoas a se humanizarem. Para ela, esse é o significado da profissão que atua desde 2004, a docência.

Em 2021, a já mestre em educação sorri, sente esperança e preocupação - tudo ao mesmo tempo - ao falar do doutorado que acaba de iniciar. Ela ficará por quatro anos de licença. E, para conseguir dar mais esse passo na carreira, “foi um queijo e uma rapadura”. Para obter a licença, a secretaria de Educação precisa avaliar o custo-benefício. Nem sempre a qualificação docente pesa tanto. Voltar à sala de aula como doutora significa um progresso no ensino-aprendizagem. Mas falta professores na rede, quem vai substituir? E, quem quer pagar essa conta?

Manu só consegue dar sequência neste processo porque é bolsista da Capes, por cotas raciais. Quando uma/um educadora/or pede licença, o salário cai. Se não houvesse essa ação afirmativa, a mãe da Betina não poderia continuar. Mesmo contra a correnteza, ela segue nadando, e quando reflete sobre o espaço que ocupa, se emociona. Faltam palavras, ela sorri e pede desculpas. Uma professora negra raramente é vista como pesquisadora, é vista como uma militante. “Eu não tenho problema de ser vista como militante, pois sou”. No entanto, além disso, Manu e diversas brasileiras produzem ciência. Seu doutorado é em educação. Mas ela não tem medo de ‘usá-lo’ em prol das causas que acredita.

Mais do que nunca, fazer o mínimo não basta. Manu

tem discernimento de que por ser mulher e preta não dá para ficar no básico. Como sempre, ela precisa provar um pouco mais para chegar onde quer chegar e ser respeitada. Por ser bolsista, precisa ter conceito “A” nas disciplinas do doutorado. “Terei que tirar AA+ para tirar conceito A”. As barreiras que precisa enfrentar, todos os dias, só começam a ser escaladas com o auxílio de políticas afirmativas contra o machismo, o racismo e a misógina.

Todas essas são pautas defendidas por Manu, que em 2020 representou o número 50 nas urnas. Em seu discurso, a candidata do PSOL se propôs a ser uma “trincheira” para as/os que mais precisam. E o que todas/os precisam é de educação. Jacob avalia que a forma como o governo de Goiás guia seu projeto de ensino é arcaico. Desde 2011 está em vigor o Pacto pela Educação, programa lançado pela gestão Marconi Perillo, do PSDB. Nesse contexto, em um informe governamental, a manchete foi: “Pacto pela Educação Programa vai revolucionar o ensino em Goiás”. Na época, com o projeto, o governo prometia dar “um salto qualitativo do ensino e da aprendizagem na rede pública”, valorizar as/os professoras/es, incentivar as/os alunas/os e investir na manutenção contínua dos prédios escolares. Todavia, discurso não faz educação.

O pacto pela educação é uma importação neoliberal inspirada em propostas de organismos internacionais para escolas de países em desenvolvimento. Em Goiás, ele está segmentado em cinco pilares que buscam aper-



feiçãoar a produtividade e diminuir os gastos públicos, sem apresentar motivos que os justifiquem. A proposta tenta seduzir com um discurso de valorização da tecnologia e parcerias com o segmento privado. A prática não é tão atraente. A/o professora/or trabalha em condições precárias e acumula de forma insustentável a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso escolar.

“Ele veio para controlar, para transformar em números, processos que não são mensuráveis”, afirma Manu. As lacunas do projeto são inúmeras. Integram a lista: processos avaliativos burocratizados, distorção de número de estudantes por educadora/or, baixos salários e falta de investimentos em qualificação. A atual gestão, representada por Ronaldo Caiado, do Democratas, ainda segue os parâmetros neoliberais.

Leonino Caiado, Brasil Ramos Caiado, Brasília Caiado, Emival Caiado, Totó Caiado, Ronaldo Caiado. O sobrenome acompanha a política goiana e nacional há um bom tempo. Ainda em 1989, Ronaldo foi candidato à Presidência da República, quando obteve menos de 1% dos votos. Pelo menos no sentido temporal, Caiado representa a velha política. Com 72 anos, patrimônio declarado de mais de R\$ 8 milhões e cabelos grisalhos, o médico, em seus discursos articulados e posados, fala dos problemas de Goiás no pretérito. Quando trata de alguma falha, cita algum “amigo” que contou para ele como era a situação nos anos anteriores e como, agora na gestão Caiado, tudo

melhorou. Melhorou para quem?

Imagine um mundo onde pessoas são escravizadas por possuírem características diferentes daquelas que ocupam a posição de opressão, condições criadas pelos próprios detentores do “poder”. Certo dia, os oprimidos conseguem se libertar, teoricamente, deste sistema. Mas na prática, claro, não podem ocupar os mesmos espaços que seus antigos senhores. Eles, então, vão para as margens. Todo local é fruto das condições de seus ocupantes. Como garantir qualidade de vida sem nenhuma estrutura ou apoio? Isso é segregação socioespacial. Essa exclusão também é válida para a educação. A periferia goianiense, densamente ocupada, detém as piores escolas e é moradia de muitas/os professoras/es.

Nosso governo aprendeu muito bem a fazer da educação um produto, qualquer cliente desatento facilmente compraria. Os números, tão valorizados pelas/os representantes estatais, são resultados da padronização e massificação de processos administrativos e pedagógicos. O que fica evidente com a regularização dos livros didáticos, afunilamento das propostas curriculares e das avaliações. Tudo isso para, em entrevista, com toda segurança e assessoria, o governador dizer que estão oferecendo uma organização sistêmica, garantindo universalidade, baixando custos...

Um esforço para melhoria e democratização do ensino só é possível com o aumento na mesma medida de in-

vestimentos. Quando não chegam, você já sabe: sobrecarregam as/aos professoras/es. Em Goiás, “o chicote é mais pesado”. Existe uma pressão muito forte sobre os professores em ano de avaliação. A escola para. Os educadores precisam fazer listas, avaliações modeladas e ministrar conteúdos diferentes dos estipulados. A cobrança leva ao desgaste, à exaustão. “Você ‘professora de matemática’ precisa chegar nesta nota!”.

Desenvolver o ensino-aprendizagem é muito mais subjetivo do que isso. Manu Jacob entende esse processo como uma relação que não pode ser distante, são momentos de troca. Dando aulas de educação física, ela consegue quebrar as barreiras do que é considerado uma sala de aula. Alunas/os sentadas/os, uma/um atrás da/o outra/o, uma/um olhando na nuca da/o outra/o, levantar apenas com permissão, silêncio contínuo; nada disso! Sua metodologia passa pelo movimento, pelo toque. Não falta sentido, conteúdo e referência bibliográfica, mas ela tenta oferecer momentos dinâmicos e intensos. Na educação pública encontra muitos desafios.

A professora já escutou de suas/seus alunas/os: “Eu apanhei”, “não consegui dormir porque meus pais brincaram a noite inteira”, “eu não comi, só comi ontem na hora do recreio”. Não dá para ignorar. Nem que seja para pegar um lanche, meio escondido, fora do horário, a professora paralisa as atividades para tentar entender a necessidade das/os estudantes. “Todas as aulas são inclu-

sivas, todas precisam ter este caráter”, observa.

Para planejar uma aula, ela pensa, ao mesmo tempo, nas questões específicas de cada aluna/o e também na totalidade que caracteriza cada turma. Nem tudo sai como planejado, nem sempre as/os alunas/os estão dispostas/os, porém se há alguma questão mal resolvida, “para a bola e vamos conversar”. No jogo de basquete para alunas/os do ensino fundamental, a professora desafia a competitividade das/os adolescentes e incentiva a coletividade. Os pontos do time A só vão valer se ‘fulano’ fizer a cesta. Fulano não é lá um LeBron James, o que resulta em confusão. Mas no fim das contas, sai muita coisa boa.

Manu trabalha em um “semiaberto”, passa o dia inteiro na instituição e volta para dormir em casa. Na escola de tempo integral ministra nove aulas por dia. Ela reconhece que para conseguir entregar um trabalho digno é necessários um esforço e uma disciplina que não condizem com sua carga horária e salário. Em Goiânia, ainda existem salas de placa, há professoras/res que lidam com classes lotadas e enfrentam uma rotina de ônibus precários. É uma luta para chegar, outra para trabalhar e mais uma para voltar.

Com a pandemia, novas dificuldades. Trabalhar em casa, cuidar de uma criança de 10 anos, fazer almoço, arrumar a casa, preparar aulas, fazer vídeo, editar... não é fácil. A professora Manu, às vezes, revezava entre dizer as/aos suas/seus alunas/os: ‘liguem as câmeras’ e ir até a sala para dizer a sua filha: ‘Ligue a câmera, Betina’.

A professora Manu se entristece ao relatar que algumas/uns alunas/os não têm acesso aos conteúdos por falta de conexão com a internet. Isso a tira do eixo: estudantes que gostariam de assistir aula, mas não conseguem. Na educação física, o ensino a distância adquire outras peculiaridades. O contato e o movimento andam juntos com o processo maturacional e intelectual da disciplina.

Apesar do ensino remoto alterar toda a lógica de suas metodologias, o impacto de mediar o ensino por meio de tecnologias não foi tão grande para a goiana. Manu já usava as mídias digitais para ecoar seus gritos. Em suas redes sobram “Fora Bolsonaro”, vídeos de denúncia e bandeiras de todas as cores. Também há espaço para as suas paixões, uma delas é sua filha, “uma menininha maravilhosa, quem conhece sabe que ela é linda, não estou exagerando”, conta sorrindo. E, principalmente, ela usa esse espaço para proclamar suas lutas. A educação está entre elas...

“Temos uma geração com um delay”. O déficit de aprendizagem neste momento pandêmico gerado pela exclusão digital e o distanciamento é inegável. Mas há quem acredite na retomada. Manu se imagina e alimenta um desejo intenso de estar à frente dos processos de recuperação do ensino. Que seja como ministra de Educação, secretária do Estado, ou uma doutora na escola pública. Ela sente a necessidade de pensar e fazer parte de políticas que retomem os conteúdos e aprendizados que ficaram pelo caminho.

Todos esses esboços para o futuro passam pela cabeça dessa futura doutora que descobriu ainda no primeiro período da graduação a possibilidade de ajudar no processo de humanização da/o outra/o. Quando pisou na quadra para dar aula pela primeira vez, colocou toda a turma sentada à sua frente, todas/os fitaram os olhos nela, para prestar atenção. Ali, ela se apaixonou pela chance que tinha à sua frente. Na escola, Manu pode participar da transformação de indivíduos.

Manu nunca parou de nadar. Talvez a diferença, para a sua adolescência, é que as águas que enfrenta agora não são tão calmas. Humana, mulher, preta, mãe, periférica. Hemanuelle nada contra a correnteza, o machismo, o racismo, o estereótipo. Quando a vi pela primeira vez, naquele discurso televisionado, ela falava no meio de três homens, tão seguros de si que quase convenciam. Naquela noite, ao encerrar seu discurso, confiante, ela convida as/os telespectadoras/es não só a votarem 50 nas urnas, mas a conhecerem suas/seus colegas de partido, candidatas/os à vereança. A professora Manu sabe que para chegar em águas mais profundas companhias são necessárias. E aí, bora nadar?

"A PROFESSORA NEGRA  
RARAMENTE É VISTA COMO  
PESQUISADORA. ELA É VISTA  
COMO UMA MILITANTE, EU  
NÃO TENHO PROBLEMA DE SER  
VISTA COMO MILITANTE, POIS  
SOU. SÓ QUE EU TAMBÉM  
PRODUZO CIÊNCIA"



## **Call to action**

Essa é uma expressão muito comum aos marqueteiros que adoram usar termos em inglês. Um chamado para a ação. No ambiente corporativo, a ação, geralmente, é clicar em um link. Aqui, o meu call to action envolve um pouco mais de esforço físico. Depois do convite a nadar, sugiro que coloque seu tênis de caminhada, bora marchar.



## **Marcha dos que querem mudar**

O cenário é Angicos, à beira da estrada de ferro, uma cidadezinha no Rio Grande do Norte, que em 2021 possui uma população estimada de 11.695 pessoas. Em 2 de abril de 1963, naquele interior, foi encerrado um curso de 40 horas que alfabetizou 300 homens e mulheres adultas/os. Longe da complexidade, que não combinava com o ambiente, o método usado na ocasião envolvia o respeito ao conhecimento prévio das/dos alunas/os e discussões horizontais. Para aprender a ler e escrever, as/os estudantes e trabalhadoras/es foram conduzidas/os a partir de palavras familiares. Farinha, tijolo, máquina. Ao escolher a palavra fazia-se a divisão das sílabas, as/os alunas/os aprendiam a lê-las e, em seguida, aprendiam as famílias silábicas para formar novas palavras. Tijolo: Ti-jo-lo. Ti: ta, te, ti, to, tu.

Ali, com a efetividade e a afetividade do experimento, ficou claro que as/os alunas/os não são e não devem ser tratadas/os como um cofrinho à espera de depósitos de conhecimento. Elas/eles são sujeitas/os do conhecimento. Não há educação para alguém, há educação com alguém. Aquelas/es trabalhadoras/es não chegaram na sala de aula como folhas em branco. Chegaram ali pedreiros, donas de casa, pais, filhas, vivências, seres humanos. Foi o respeito a essas diferentes realidades que tornou o ensino-aprendizagem concreto.

Para além de aprender a ler e a escrever, a grande dis-

cussão naquelas salas de aula não foi o conhecimento em si, e sim o que é possível fazer com ele. Através da associação de som e imagem com exemplos da vida cotidiana, as/os educadoras/es, muito além de alfabetizar, propunham a criticidade. A pedagogia visava ali a formação de sujeitos. Esses sujeitos formam conhecimentos. Esses conhecimentos podem transformar o mundo que habitam.

Hoje lembrado iconicamente pelos cabelos brancos compridos - apesar da frente calva -, grandes óculos e uma enorme barba, naquela época, o ser humano por trás desse projeto usava um bigode escuro, óculos menores e cabelos pretos curtos (mas a calvície já dava sinais). O humanista Paulo Reglus Neves Freire foi o grande culpado pelo crime de educar.

Um ano depois, em 1964, com o sucesso do experimento, o então presidente João Goulart instituiria a Política Nacional de Alfabetização (PNA), que adotaria o método freiriano para buscar a alfabetização de 5 milhões de pessoas. Um montante que representaria o aumento de 40% nos colégios eleitorais, já que apenas os alfabetizados podiam votar. A iniciativa seria lançada em 13 de maio de 64. Mas, por coincidência do destino, em 1 abril do mesmo ano, o Brasil sofreu um golpe. O PNA foi extinto e Freire preso, considerado inimigo do povo e inimigo de Deus.

De qual povo? De qual Deus? A velocidade do método e a possibilidade de uma educação crítica alimentava a esperança de alguns, mas preocupava outros. Ainda pre-

ocupa. Em “o caminho da prosperidade”, plano de governo apresentado pelo presidente eleito em 2018, a proposta para educação “inclui a alfabetização, expurgando a ideologia de Paulo Freire”, um ‘energúmeno’, segundo o presidente Jair.

Em um passado sombrio, devido à formação conservadora, quando eu escutava “Paulo Freire”, pensava “o comunista”. Como se ser comunista, por si só, fosse um adjetivo do mais baixo calão. Paira sobre a imagem deste homem de barba branca alguns adjetivos que não carregam tanto sentido comparada à realidade. Talvez, hoje, eu esteja mais ligado ao comunismo do que um dia Paulo esteve. Freire foi um cristão, ligado a pastorais católicas, a teologia da libertação e chegou a criticar a ortodoxia marxista. Acima de tudo, Paulo era um humano, que segundo ele próprio gostaria de ser lembrado como “um sujeito que amou profundamente o mundo e as pessoas e os bichos, as árvores, as águas, a vida”.

O que tem de mais assustador nas teorias e práticas freirianas que gera tamanho esforço contrário? Filho de Joaquim e Edeltrudes, Paulo, caçula, foi o único dos irmãos que pôde se dedicar aos estudos. Ainda cedo, em suas primeiras experiências como professor, percebeu que o processo educativo era mais eficiente no diálogo afetivo e horizontal com alunas/os e familiares. Uma de suas epifanias aconteceu em um passeio de carro: seu filho mais novo, com 2 anos, viu uma propaganda na rua e leu em voz alta “Nescau” e cantou a música que

ouvira nos comerciais. Impressionado, o professor começou a estudar as relações entre som e imagem a partir de conhecimentos prévios das/os educandas/os.

De lá para cá, o pensador educou pessoas pelo mundo inteiro. Não sei se Paulo aprovaria esta carteirada, mas eu me atrevo: Paulo Freire escreveu 25 livros. Recebeu o título de honoris causa em mais de 48 universidades. Foi professor na Unicamp, PUC-SP, Universidade de Genebra, Cambridge, Harvard e Universidade de Massachusetts. Ele é o terceiro autor da área de humanidades mais citado do planeta. Suas obras possuem mais de 75 mil citações no Google Scholar. Mais de 90 países possuem institutos de pesquisa e ensino freirianos. Uma de suas obras, *Pedagogia do Oprimido*, foi traduzida em mais de 20 idiomas. Em 2012, foi declarado Patrono da Educação do Brasil.

Sempre foi clara para Paulo a impossibilidade da neutralidade, dentro e fora da educação. Como democrata, ele fomentava e defendia desnudar as ideias. Talvez o que incomode os políticos vocacionados é sua reflexão sobre os assuntos que devem ou não serem estudados e a crítica à chamada educação bancária. O autor desaprova aquela/e educadora/or que lê, lê, lê, memoriza e cita, mas é incapaz de articular esses conhecimentos com a realidade local e contestar fontes. Ele critica a reprodução de conhecimento, o depositar e transferir. Esse seria um processo desumanizador, que encara o sujeito como objeto.

Freire defende a educação como uma troca constan-

te, que ensinando se aprende. Quando um educador corrige trabalhos, guia a sala em debates, ele também se educa. Em suas obras, ele exalta a escola como um espaço onde todos são protagonistas do processo. E nos instrui a perguntar: quem está formatando as diretrizes? Quais são os interesses ideológicos desta pedagogia? Seria a própria comunidade escolar a responsável ou estão envolvidos interesses escusos?

Nada é por acaso. No governo que promete expurgar a ideologia freiriana, a porta de entrada para a maioria das universidades públicas e federais do país ficou mais estreita. O Enem 2021 registrou o menor número de inscrições totais desde 2007. A pandemia escancarou a falta da democratização do acesso à informação e ao conhecimento. No entanto, na tv, a propagando incentiva: “E se uma geração de novos profissionais fosse perdida?... A vida não pode parar”. Presidente, o Brasil perde centenas de profissionais todos os dias. “Estude, de qualquer lugar, de diferentes formas”. Lê-se: se viral!

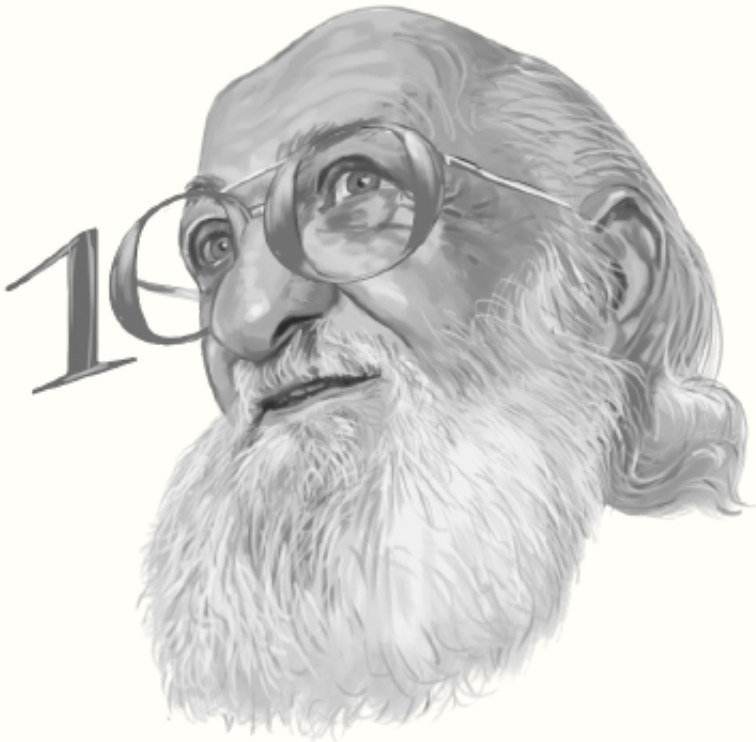
Não é só o Enem elitista e “com a cara do governo”. A atual gestão federal discursa, sem timidez, sua ignorância e indiferença. A universidade deveria ser para poucos. A criança com deficiência atrapalha outras/os alunas/os. “Descentralizar investimento” em faculdades de humanas. Punir a balbúrdia das universidades federais. Cortes de orçamentos e financiamentos nas universidades federais... fazem parte das propostas messiânicas.

Em 16 de setembro de 2021, uma ação ajuizada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos proibiu o governo federal de “atentar contra a dignidade” do patrono da educação brasileira, Paulo Freire. Talvez, como bom democrata, Paulo não fosse contra tais ataques. Talvez, propusesse entender suas motivações, os porquês e tentar construir novas crenças. Talvez, o governo Bolsonaro não esteja preocupado com uma educação que gera transformação social.

Paulo, humano que conheceu as mazelas da classe trabalhadora, defendia uma educação ética que buscasse desocultar as verdades e realçar as belezas e amorosidades. Afinal, este é um lindo processo. Como ele disse: “Eu morreria feliz se eu visse o Brasil cheio em seu tempo histórico de marchas, marchas dos que não têm escola, dos reprovados, dos que querem amar e não podem, dos que se recusam a uma obediência servil, os que querem ser e estão proibidos de ser”. A realidade é turva e a luz parece cada vez mais distante. Mas o futuro é feito das pegadas que deixamos hoje no solo. Por isso, marchemos!

## O lado de Freire

Lutar pela beleza da aprendizagem, o amor ao ensino, o respeito ao humano e a possibilidade da emancipação assusta algumas pessoas. Porém, há aqueles que admiram e fazem o possível para propagar. Abaixo teremos doses de fofura e esperança, esteja preparada/o.



ARTE: RENATO AROEIRA

## **É preciso calma para germinar**

Em vídeo: “Eu sou a Maria Cecília do Cepae, do segundo ano B. Eu vou mostrar o lote baldio que meu pai cuida. Aqui, ele limpou para a gente plantar um montão de coisas, a gente cria galinha, galo... esse daqui é ipê roxo, esse daqui é o amarelo grandão... a gente pegou as sementes lá na UFG...”.

Escrito à mão em uma folha de caderno com margens de corações roxos e rosas: “Goiânia 14 de janeiro de 2021. Olá, Vitória! Tudo bem? Espero que sim!!! Desculpe a demora em te escrever. O ano de 2020 foi difícil, mas acabou e a VACINA chegou!!! Logo estaremos juntas para a gente brincar. Um beijo!”

Em um powerpoint rosa com ilustrações de bichinhos: “Era uma vez uma raposa e ela se perdeu e ela foi confundida com lobos. Moral da história: Não julgue o livro pela capa.”, por Bárbara Rodrigues Couto.

Em uma praça, saltando entre bancos: “Oi, meu nome é Geovana, do segundo ano B do Cepae. Hoje eu vim declarar um poema do Mário Quintana, o poema é o das “Das Utopias”, então vamos lá: se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fosse a presença distaaaaaaante das estrelas!...”

Esses fragmentos fazem parte dos esforços de diversas/os alunas/os da educação básica do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (CEPAE), durante o ensino remoto. Mesmo em um período tão



conturbado, muitas foram as produções das/os pequenas/os, que, particularmente, me emocionaram.

Uma das professoras à frente desses projetos é Maria Alice, de 53 anos. Quando o apocalipse chegou a Goiânia, ela e boa parte da docência se apegou à “quarentena de 15 dias”. As incertezas levaram o Cepae a demorar para transferir suas metodologias para o ensino a distância. Eram muitas questões, “não era só ligar a câmera e fazer”. Além de reformular o processo de ensino-aprendizagem, todas/os precisavam lidar com questões internas, familiares, higiênicas, biológicas, econômicas... A lista é farta. O medo e a insegurança consumiam Maria Alice que convive com o pai de 90 anos, a sogra de 87 anos e uma família recheada de problemas com a saúde.

“Foi muito difícil, até para aceitar fazer aula online”. Mas foi preciso. Para conseguir lecionar neste novo formato, a professora teve de fazer inúmeros cursos, para aprender a manipular plataformas, aplicativos, design e por aí vai. Ela até criou um avatar, para conseguir brincar e interagir com as crianças. A gente nunca para de aprender, mas precisar fazer isso às pressas tendo que lidar com uma conjuntura que exigia de você reorganizar as metodologias, responder às constantes correspondências de alunas/os e pais, lidar com novos recursos, presenciar a solidão, perder pessoas próximas... foi exaustivo, foi angustiante.

Ao mesmo tempo, estar com as crianças era um período de profunda alegria e esperança. A aflição que

pesava a fala sobre as dificuldades do ensino remoto se transforma em um sorriso animador, quando Maria Alice conta sobre as criaturinhas do outro lado da tela. À distância, ela leciona segunda, quarta e sexta. Todos esses são momentos de aprendizado, diversão e, claro, muita saudade. Religiosamente, em todo encontro, alguma/um aluna/o pergunta: “Quando é que vamos voltar?”.

Elas/es ainda não voltaram, o planejamento é para voltar presencialmente em janeiro de 2022. Enquanto não acontece, elas/eles vão se virando da maneira que conseguem. E até que vem dado certo. A maior parte da turma consegue responder bem às atividades propostas. Uma dessas é o “Cá entre nós”, um exercício que surgiu para matar a saudade, estimular a participação e envolver a turma. A criançada foi orientada a gravar vídeos mostrando seu cotidiano, o que andam fazendo, os brinquedos e o que mais quisessem, para apresentar durante as aulas.

Entre as apresentações, uma chamou muita atenção da professora Maria Alice. Ao lado da casa de outra Maria, Maria Cecília, há um lote baldio. Os pais dela nem sabem a quem pertence, mas enxergaram naquele abandono uma oportunidade. Onde antes acumulava-se sujeira, hoje há ipês roxo e amarelo “grandão”, galinhas, um galo e outras plantas.

Na mesma época em que recebeu o vídeo da aluna, a professora Maria, em suas pesquisas mil internet afora, encontrou o “TiNis: terra das crianças”. Um projeto lan-

çado no Brasil pelo Instituto Alana e pela modelo Gisele Bündchen. Ele faz parte da iniciativa que surgiu no Peru, criada pela Fundação ANIA. O seu objetivo é incentivar crianças a “plantar, regar, florir e cuidar” da terra, dentro de suas próprias casas. Mesmo em pequenos espaços, “onde caibam pelo menos 3 vasos de plantas ou  $1/2m^2$  de canteiro, as crianças já podem começar a dar vida a sua TiNi!”.

A mensagem do projeto é: independente do local, dá para trazer a natureza para onde você mora. A ideia de crescer junto aos ciclos do meio ambiente, levantada pelo projeto, tinha tudo a ver com o momento. A molecada do Cepae estava toda em casa e a grade curricular exigia o ensino de “vida e evolução”. Ah! E ainda teve o empurrãozinho de Maria Cecília e seu lote baldio. Pronto! Bora semear.

Nem que fosse apenas um vasinho, o importante era aprender a cultivar. Com as orientações da professora Maria Alice e a comunidade escolar envolvida, cada aluna/o criou seu cantinho verde em casa. A educadora também não ficou de fora e arranjou um espacinho de terra para plantar algumas ervas. As crianças plantaram morangos, cenouras e o que mais coubesse. Juntas/os iam brincando e aprendendo. Cada qual com seu processo. Pense na ansiedade daquelas/es que tiveram de esperar mais de 20 dias para sua plantinha nascer. Algumas/uns até perderam a esperança, mas, ao verem brotar, a alegria tomava conta e logo compartilhavam com toda a classe. Foram momentos de grande aprendi-

zagem e, também, de escape do cotidiano turvo.

Apesar da grande adesão, algumas/uns estudantes não participaram dessa e de outras atividades. A grande dificuldade foi o acesso à internet e aos dispositivos. São crianças, nem todas têm um celular ou computador, muitas precisavam usar o aparelho dos pais, estes que também precisavam usá-los para trabalhar. Entretanto, quem não conseguiu participar ativamente dos exercícios propostos, participou da construção das aulas de Maria Alice.

Embora não seja a mesma coisa que presencialmente, a professora conseguiu estabelecer um vínculo com as/os alunas/os. Com um olhar de acolhimento, escuta e partilha, Maria, muitas vezes, construía a aula a partir de uma conversa, de um depoimento ou uma reclamação apontada pela classe. Tudo isso compunha a metodologia para aplicação de novas atividades e avaliações. A professora mantém sempre uma relação de muito respeito com as/os suas/seus alunas/os. Se alguma manifestação chama atenção, ela compra a ideia e viaja junto. “Sempre no sentido de ouvir e ver o quanto eles sabem, o quanto colaboram e ensinam”, afirma.

E assim foram surgindo produções das/os pequenas/os. Produções de textos, filmagens, entrevistas, plantações... tudo regado com muita criatividade e paciência. Adjetivos facilmente atribuídos a Maria Alice. A professora tem um olhar paciente. Os olhos escuros, acompanhando o cabelo, combinam com seu sorriso fácil. Uma mulher séria o suficiente para entender a importância de não se levar tão

a sério.

“Professora você é muito calma”. A calma está ligada à compreensão dos seus limites. “Não consigo ter tudo, mas aquilo que consigo um pouco a mais já é um avanço”, diz. Ela se apega ao dia após o outro, ao fazer junto, à caminha extraordinária do aprendizado compartilhado. Suas ideias sempre se encontram com a valorização do que as/os próprias/os estudantes fazem e podem oferecer. Para ela, a docência é a oportunidade de oferecer aquilo que você sabe e aquilo que você não sabe. Colaborar é chave, ou uma delas: “Vamos lá que eu vou junto com você”.

Ir acompanhado suaviza as dificuldades e eleva as conquistas. Nas turmas de educação básica que Maria Alice leciona, algumas/uns estudantes já conseguem ler com grande desenvoltura, outras/os não conhecem todas as letras do alfabeto. Para as/os alunas/os com déficit de aprendizagem, a professora se desdobra para realizar um atendimento individual. Toda semana se reúne com elas/eles e faz leituras guiadas, acompanha na escrita de pequenos textos, conversa a respeito da língua portuguesa e incentiva a estarem sempre em contato com a leitura e a escrita. Durante as aulas com toda a turma, a professora estimula a leitura em voz alta. O “ih professora eu não sei ler”, não serve como resposta. Ela conserta: “Não sabe? Pois vamos juntos, para aprender”.

A professora traz continuamente referências literárias, audiovisuais e jogos para a sala. Ela busca não subestimar aqueles humaninhos. Quando trabalha um

poema ou fábula, não pergunta “quais palavras com C existem neste poema?”, mas tenta fazer uma fruição para compreender junto delas/es os aspectos linguísticos e escolha das palavras da/o autora/or. O resultado é positivo.

## O coelho e a tartaruga

Arthur Souza Baroos

Certo dia, o coelho conheceu a tartaruga no parque e disse:

- Senhora tartaruga, porque você anda tão devagar?

- Não sei, acredito que seja uma característica minha. E você, porque anda tão rápido?

- Nós coelhos temos a característica de correr rápido. Engraçado né!? Somos tão iguais, mas com tantas diferenças.

**Lição de moral:** Independente de todas as semelhanças que temos, nós nunca vamos ser iguais uns aos outros.

As produções da turma em meio ao caos epidêmico enchem Maria Alice de orgulho. Todavia, ela lamenta não estar pertinho das/os pequenas/os, pois sabe da riqueza que o ambiente escolar proporciona. Escolher a docência como profissão está atrelado a essa magia da escola. Maria Alice nasceu na capital do cerrado, mas com 1 ano foi mais ao norte, para Paraíso do Tocantins. A professora lembra com carinho da cidadezinha e de

sua escola na infância, onde “quase tudo acontecia”.

A criança Maria Alice via na escola um lugar de encontro. Encontro com outras pessoas e encontro com o conhecimento. Na época, Paraíso do Tocantins possuía menos de 10 mil habitantes. A escola era como um parque de diversão. Era lá que aconteciam as festinhas, brincadeiras, ‘namoricos’, e, claro, os estudos. Tinha também algo que ela adorava, o esporte. Naquele tempo, a educação física era ministrada no turno oposto. Ela acordava cedo, ia para a escola, assistia todas as aulas, voltava para casa antes do almoço e já corria para fazer as tarefas, antes mesmo de comer. Isso, só para conseguir voltar à escola o mais rápido possível. “Eu vou levar sua cama lá para a escola, porque aí você já dorme lá”, reclamava sua mãe.

“Sempre gostei de encontrar com as pessoas, conhecer sobre o mundo”, assinala. Depois de 10 anos mais ao norte, Maria Alice retornou a Goiânia. Onde concluiu primeiro e segundo graus e o magistério. Depois, na Federal, se graduou em pedagogia, fez mestrado e doutorado na faculdade de educação e pós-doutorado na faculdade de artes visuais. Escolher a educação foi “natural” para ela. O gosto pelo ambiente escolar e uma parcela de influência da mãe e tias professoras contribuíram para a decisão.

Maria Alice, quando pequena, encontrava na sala de aula, um espaço de diversão. Agora, adulta, a sala de aula continua sendo um espaço de diversão. O otimismo e a facilidade no trato com as/os pequenas/os devem-se,

entre outros fatores, às/aos profissionais que acompanharam sua jornada. Em sua caminhada, enfrentou escolas muito precárias, escolas entregues à própria sorte, salas caindo aos pedaços, literalmente. No entanto, havia professoras/es muito capacitadas/os, que faziam uma leitura histórica e intelectual de suas vivências. O que marcou profundamente a educadora: “Sempre fui muito atenta ao contexto político e como afetava a escola em que estudava”. Quando se graduava, estudava pela manhã na faculdade e nos outros dois turnos trabalhava dando aulas. As dificuldades foram inúmeras, mas em sua postura e discurso ela prefere exaltar as pequenas conquistas diárias.

No primeiro semestre de 2021, a professora ensinava às/aos suas/seus alunas/os como escrever com letra cursiva - a dos cadernos de caligrafia, sabe? -, mas as/os pequenas/os tinham muita resistência e preferiam escrever bastão - como as letras deste livro. Foi difícil, mas a professora tentou tornar a prática menos dolorosa possível. Ela chegava propondo um “desafio”. Imagine a voz de uma professora calma e paciente: “Turma este ano vamos aprender este outro tipo de letra, uma letra singular, só você vai ter, vai ser só sua! E não se preocupem que vamos escrevendo misturando os conhecimentos que vocês já têm’. Nem todos compraram a ideia, houve muita resistência. Quando ela começava a usar a lousa interativa, logo alguém ligava o microfone para dizer: “Professora faz letra bastão, para eu conseguir copiar”. Lembre da voz calma:



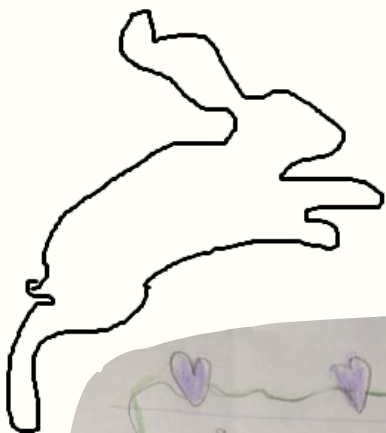
‘Vamos tentar escrever..., você sabe qual letra cursiva? Então, quando tiver o ‘a’, faça o ‘a’ cursivo, combinado?’. Nessa e em outras atividades, ela tenta sempre entender as subjetividades e orientar as/os alunas/os a fazerem o possível. Ah, e tem sempre aquela/e que chega se gabando, “professora, eu aprendi a escrever cursiva”. E, claro, esta/este é parabenizada/o, com aquela voz: ‘Que maravilha! Muito bem!’.

Maria Alice também ministra aulas para a turma de mestrado da Faculdade de Educação da UFG. No segundo ano após o fim do mundo, ela decidiu realizar a disciplina como um “refúgio de alegria”. Sem desgarrar da proposta do curso, procurou trabalhar com as/os alunas/os textos e produções que fossem resistência, que as/os ajudassem a atravessar os momentos difíceis. Todas/os receberam a proposta de forma positiva. Foram realizadas diversas produções em texto e audiovisual, envolvendo temas como: falta de recursos tecnológicos e a impossibilidade de acesso às redes virtuais, questões étnico-raciais, o processo de aprender, situação de perjúrio na modalidade de ensino híbrido e a padronização da beleza feminina em redes sociais.

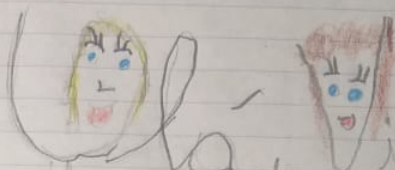
Os encontros semanais, ler e discutir textos, trabalhar com audiovisual, reanimaram e suavizaram os percalços. Os mestrandos conseguiram finalizar a disciplina produzindo curtas-metragens. Apesar de todas as adversidades, atravessar a pandemia produzindo conteúdo foi uma válvula de escape. “Se ti-

véssemos ficado sem fazer nada, sem trabalhar em uma perspectiva mais criativa, ficaríamos doentes”.

Criatividade. Outro adjetivo que também pode ser atribuído a Maria Alice, às/aos suas/seus alunas/os, as produções, às/aos professoras/es, às/aos brasileiras/os. Todas/os resistem a um momento crítico da história, em que muitos fatores cooperam para a precarização. Precarização do trabalho, das opções, das vivências. A paciência e a criatividade de Maria Alice fazem florescer novas letras cursivas, curtas-metragens, plantas em lugares inimagináveis, fábulas com belas lições de moral, futuros poetas, poetisas e artistas. O cansaço e a desvalorização abalam a professora, mas, com toda a calma que lhe cabe e as sementes que lhe restam, ela vai continuar semeando.

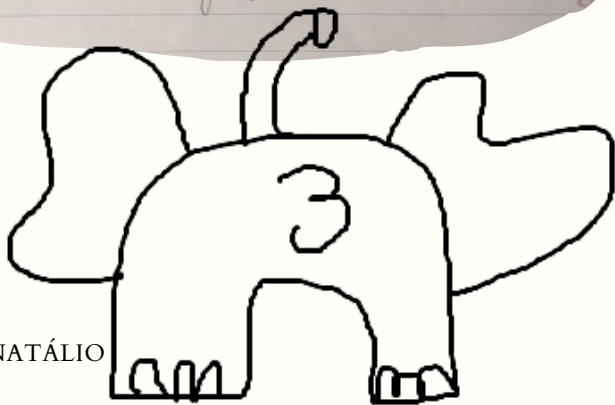


Carissima, 24 de JAUFIRO de 2022.



Tudo bem? Espero que  
 sim!!!  
 Desculpe o demora em te  
 escrever, o ano de 2020 foi  
 difícil, mas graças à VACINA  
 agora logo estaremos juntos  
 para o resto da vida.

Um beijo!



## **É o fim do caminho**

Planto aqui minha última semente. Foi um prazer te acompanhar, espero que tenha aproveitado o caminho, é ele que importa.

## **Fica claro, portanto, que**

Me ensinaram, no ensino médio, que iniciar a conclusão de uma redação com “fica claro, portanto, que” era a melhor forma possível. Não vou me arriscar a terminar de outra forma. Para mim, muitas coisas ficaram claras nesta jornada. Uma delas é que a teoria, quase sempre, está aquém da prática. E, quando a teoria é anunciada em um palanque rodeado de bandeiras, ela fica mais distante ainda.

Outra resolução, foi a deslegitimação da subjetividade na educação. Nos moldes atuais, a escola é impulsionada a ignorar a subjetividade da época, da sala, da/do professora/or, da alimentação, da tecnologia, da mobilidade, da biossegurança e da/do aluna/o. A educação exaltada no intervalo da novela é numérica, promessa política, discurso, bancária. A educação deveria ser conforto, compreensão, humanizadora, crítica, social, horizontal, subjetiva.

Apreendi bastante. Arquidones me deu lições de resistência. Resistência frente a quem quer nos calar. Resistência frente a quem diz: “Tome cuidado, essa é uma denúncia séria”. É claro que é séria, sua vivência é uma afronta a quem brinca com a educação e faz dela politicagem. Arquidones resiste há anos na educação pública; chutes e ponta pés são o de menos.

Janira me trouxe ânimo. Uma mulher, preta, mãe, do interior do maranhão me mostrou através de sua jornada improvável a força da educação. Os rótulos não

comportaram sua grandeza. Mesmo com percalços, ela transborda nas salas de aula para embebedar novos seres com a grandeza dos saberes que acumula todos os dias. Sorte a de quem a encontra em seu caminho.

Leila me ensinou com o olhar, com a atenção. Entendi, na prática, que a educação não é fácil. A escolha deste tema também está trelada a minha vontade de um dia entrar na sala de aula como docente. Agora, entendo que é preciso mesmo coragem para enfrentar, diariamente, uma escola. É uma escolha, talvez, para um “bem maior”.

Manu é força, é quebrada, é grandiosa. Me mostrou disposição, vontade de mudar, de estar à frente. A educação é problemática? Então, vamos tentar resolver. Mesmo que não saibamos, ao certo, em qual pedra pisar, a solução não é ficar parada. Movimentar, movimentos, militância. Uma mulher periférica que não se contenta com o mínimo.

Maria Alice, antes de começarmos a dialogar, me enviou pelo WhatsApp vários links de projetos e produtos que estavam sendo realizados em sua escola, orgulhosa de suas crias. São muitos anos de educação, não é qualquer governo ou pandemia que tirariam sua calma. Maria vai continuar compartilhando, ajudando, ensinando e se educando.

Essas foram as/os cinco docentes que escolhi para contar um pouquinho de suas histórias. Conversei com tantas/os outras/os. Cada uma/um carregava consigo uma bagagem surpreendente e única. Nesse processo

me surpreendi, entristeci, chorei, sorri e esperancei. Uma das figuras que passaram pelo meu caminho me disse que o problema da educação no Brasil está diretamente ligado à falta de formação literária das/dos professoras/res. Ele, professor do ensino superior, me questionou o porque das/dos professores, hoje, não lerem os grandes autores de sua época, o que era comum nos anos 60.

Algo comum entre as/os profissionais da rede pública de educação goianiense é o cansaço, o acúmulo de funções, o vínculo empregatício com mais de uma instituição, o salário defasado, a relação abusiva entre número de alunos por sala e os problemas de saúde. Na pandemia, esses fatores inflaram. O limite entre pessoal e profissional foi desbaratado, o fracasso ou sucesso da educação foi jogado na mão dessas/desses profissionais, que mesmo com pouca estrutura, preparo e apoio conseguiram retirar grandes frutos. Talvez, as/os professoras/res não consigam ler as/os autoras/res deste tempo, porque não sobra tempo. Talvez porque não sobre dinheiro. Talvez, elas/eles leiam e a educação falhe por outros motivos.

Ficou clara, portanto, a necessidade de Paulo Freire. O pernambucano entendeu que a leitura por si só não vale muito. O que realmente importa são as articulações dessa leitura com a realidade e de que forma ela pode ajudar a transformar uma comunidade. Paulo Freire me mudou. Neste processo, me sinto mais humano. Assim, entendo que esse professor é humano, os políticos tam-

são, as/os docentes também.

Por isso, continuaremos errando. Mas é preciso esperar, no sentido freiriano, de esperar pelo melhor enquanto lutamos para construí-lo. Leitora/or, lhe faço meu último convite, use o que você tem, com quem está do seu lado, presencialmente ou por uma tela, através de um papel, em cima de um palanque ou na sala de aula, a proposta é: vamos igualar. Não se engane, somos todos diferentes, mas nenhum conhecimento está acima do outro. Conhecimentos diferentes são naturais e necessários, as oportunidades é que precisam ser as mesmas.

A educação está no mundo, faz parte dos problemas do mundo. A solução está nos seres. A escola, seja onde for, deve ser instrumento para formar humanas/os. Não em uma formação qualquer, instruída por algum órgão internacional. A formação precisa ser local e subjetiva, a partir das/dos envolvidas/os, educandas/os e educadoras/res. As escolas devem produzir saberes que façam sentido para quem participa e que sirvam de articulação política, social e econômica. A escola precisa ser nossa.

As respostas não estão prontas. Mas muito se sabe. Sabe-se que é preciso mudar, que assim não podemos continuar. Números não sustentam a humanidade, humanos sustentam. Que, cada dia mais, tentemos ser mais humanos.



## Notas

1. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
2. Pau a pique ou taipa de mão é uma técnica de construção antiga que consiste no entrelaçamento de madeiras verticais fixadas no solo, preenchidos com barro ou tijolo de adobe. Mais comum em cidades do interior e locais com estrutura precária.
3. Em 2020, o governo usou apenas R\$ 32,5 bilhões de R\$ 48,2 bilhões do orçamento para da educação básica. O Ministério da Educação foi o que mais teve recursos bloqueados pelo presidente no orçamento de 2021.
4. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).
5. Dados Inep, 2019.
6. Codo e Menezes (1999, apud ABONIZIO, 2012). ABONIZIO, Gustavo. Precarização do trabalho docente: apontamento a partir de uma análise bibliográfica. 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/1%20Edicao/1ordf.%20Edicao.%20Artigo%20ABONIZIO%20G.pdf>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

Este livro foi composto em Eczar SemiBold para títulos e Libre Baskerville para texto. Produzido em novembro de 2021. Todos direitos do ebook estão reservados ao autor.

## O autor



Estudante de jornalismo, Diego Vinícius Anatálio da Silva, trabalhou nas redações do jornal O Hoje e do jornal O Popular. Hoje, atua como social media para a Agência Brasil Central, onde também participa de produções audiovisuais para a TV Brasil Central e Rádio Brasil Central. Na academia, se dedicou a projetos de extensão e recebeu uma bolsa de intercâmbio. A ideia do tema está atrelada com seu apreço pelo ambiente escolar e o reconhecimento da importância das/dos docentes em sua trajetória.